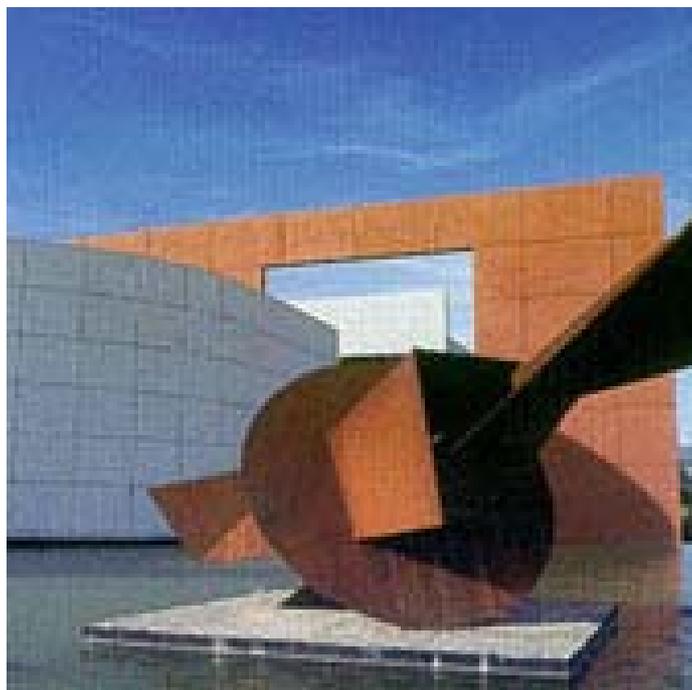




INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



**Concurso de Admissão
à Carreira de Diplomata**

Guia de Estudos

2006

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Diretor do Instituto Rio Branco

Embaixador Fernando Guimarães Reis

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2006, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam deste **Guia**:

- Portaria de 22 de dezembro de 2005, do Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores;
- Edital de 29 de dezembro de 2005, do Diretor do Instituto Rio Branco;
- Portaria nº 336, de 30 de maio de 2003, do Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- Orientação para estudo, contendo programas das disciplinas, bibliografia para as provas e exemplos de respostas que mereceram aprovação no concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em dezembro de 2005.



PORTARIA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 5º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria de 20 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1998, e alterado pela Portaria nº 11, de 17 de abril de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2001, resolve:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as normas que se seguem para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática.

Art. 2º O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata constará, na Primeira Fase, de Teste de Pré-Seleção (TPS), de caráter eliminatório, constituído de questões de Português, História do Brasil, História Mundial, Geografia e Inglês.

Art. 3º Na Segunda Fase, será realizada prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório.

Art. 4º Na Terceira Fase, serão realizadas provas escritas de Inglês, de Francês ou Espanhol, de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia.

Parágrafo único. Será estabelecida nota mínima para o conjunto das provas.

Art. 5º O Diretor do Instituto Rio Branco fará publicar o Edital do Concurso.

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES



EDITAL DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005 CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de 2 a 22 de janeiro de 2006, as inscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 38, parágrafo único, e 39, inciso II, da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986, que teve publicação consolidada pela Lei n.º 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e em conformidade com a Portaria de 22 de dezembro de 2005, do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, publicada no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2005.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). O texto deste Edital estará também disponível nos endereços eletrônicos do IRBr (<http://www2.mre.gov.br/irbr/irbr.htm>) e do CESPE/UnB (<http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006>), bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.

1.2 O Concurso terá três fases, especificadas a seguir:

- a) Primeira Fase: Teste de Pré-Seleção (TPS), de caráter eliminatório, constituído de questões objetivas de Português, História do Brasil, História Mundial, Geografia e Inglês;
- b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório;
- c) Terceira Fase: provas escritas de Inglês, de Francês ou Espanhol, de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia.

1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP e Vitória/ES.

1.4 VAGAS: 105.

2 DO CARGO

2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato: 1.º) a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2.º) a ter matrícula no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria n.º 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no *Diário Oficial da União* de 12 de junho de 2003.

2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R\$ 4.615,53.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ter sido aprovado no Concurso;

3.2 Ser brasileiro nato, conforme art. 12, § 3.º, inciso V, da Constituição Federal;

3.3 Estar no gozo dos direitos políticos;

3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais;

3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996).



- 3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos;
- 3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do art. 14, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- 3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados, bem como a autorização de que trata o subitem 5.4 deste Edital.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do art. 37, VIII, da Constituição Federal, do art. 5.º, § 2.º, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório;

e

b) encaminhar formulário preenchido, conforme o Anexo II deste edital, e laudo médico original ou cópia simples, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.

4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia **23 de janeiro de 2006**, das 8 horas às 19 horas, pessoalmente ou por terceiro, o formulário e o laudo médico (original ou cópia simples) a que se refere a alínea “b” do subitem 4.2, no Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE/UnB, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), mezanino, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF.

4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o formulário e o laudo médico, por SEDEX, postado impreterivelmente até o dia **23 de janeiro de 2006**, para o Núcleo de Avaliação de Potenciais do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2006, Caixa Postal 04521, CEP 70919-970 – Brasília/DF.

4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.16 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para os dias de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

4.4 O laudo médico (original ou cópia simples) terá validade somente para este Concurso e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias deste laudo.

4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, se declararem portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e, caso obtenham classificação necessária, figurarão também na lista de classificação geral.

4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, caso aprovados no Concurso, serão convocados para se submeterem à perícia médica por equipe multiprofissional,



designada pelo Diretor do Instituto Rio Branco, que verificará sua qualificação como portador de deficiência, o grau da deficiência e a capacidade para o exercício do cargo.

4.8 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência.

4.9 A não-observância do disposto no subitem 4.8, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

4.10 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no concurso, figurará na lista de classificação geral.

4.11 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será eliminado do concurso.

4.12 As vagas definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO

5.1 As inscrições deverão ser efetuadas somente via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006>, no período entre **10 horas do dia 2 de janeiro de 2006 e 20 horas do dia 22 de janeiro de 2006**, horário oficial de Brasília/DF.

5.1.1 O CESPE/UnB não se responsabilizará por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.2 TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 100,00.

5.2.1 O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição das seguintes formas:

- a) por meio de débito em conta-corrente, apenas para correntistas do Banco do Brasil;
- b) por meio de documento de arrecadação, pagável em qualquer lotérica;
- c) por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária.

5.2.2 O documento de arrecadação e o boleto bancário estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006> e deverão ser impressos para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *online*.

5.2.3 O pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário ou de documento de arrecadação deverá ser efetuado até o dia **23 de janeiro de 2006**.

5.2.4 As solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem anterior não serão acatadas.

5.3 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006>, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.4 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República, conforme o caso, a que se referem, respectivamente, o art. 36, § 3º, e o artigo 37, § 3º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, que teve publicação consolidada pela Lei nº 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e os artigos 48 e 49 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto n.º 93.325, de 1.º outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência aplica-se também ao(a) candidato(a) casado(a) com estrangeira(o), cuja separação judicial ainda não tenha transitado em julgado.



- 5.5 Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006>.
- 5.6 No momento da inscrição, o candidato deverá optar pela segunda língua estrangeira – Francês ou Espanhol – para efeito de realização da prova da Terceira Fase.
- 5.7 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a admissão no cargo.
- 5.8 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
- 5.9 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via fax, via postal ou via correio eletrônico.
- 5.10 O candidato deverá efetuar uma única inscrição no Concurso. Em caso de mais de uma inscrição, será considerada a mais recente.
- 5.11 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE/UnB e o IRBr do direito de excluir do Concurso aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta.
- 5.12 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que entregará os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo até dez dias úteis antes da posse.
- 5.13 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do Concurso por conveniência da Administração.
- 5.14 Não haverá isenção total ou parcial do valor da inscrição.
- 5.15 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.
- 5.16 O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar até o dia **23 de janeiro de 2006**, impreterivelmente, via SEDEX, para o Núcleo de Avaliação de Potenciais do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), subsolo, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 04521, CEP 70919–970, o formulário preenchido conforme o Anexo II deste edital e o laudo médico que justifique o atendimento especial solicitado. Após este período, a solicitação será indeferida. As solicitações de condição especial serão atendidas segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 5.16.1 O formulário e o laudo médico referidos no subitem 5.16 poderão, ainda, ser entregues, até o dia **23 de janeiro de 2006**, das 8 horas às 19 horas, pessoalmente ou por terceiro, no Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE/UnB, localizado no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), mezanino, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF.
- 5.16.2 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para esta finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.
- 5.16.3 O laudo médico (original ou cópia simples) terá validade somente para este Concurso e não será devolvido; não serão fornecidas cópias de tal laudo.
- 5.16.4 A relação dos candidatos que tiverem o seu atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006>, em data a ser informada no edital de locais e horários de realização das provas do Teste de Pré-Seleção.

6 DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

- 6.1 O Teste de Pré-Seleção, de caráter eliminatório, abrangerá as disciplinas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia e de Inglês.



6.2 Data e horário: o TPS será aplicado no dia **11 de fevereiro de 2006**, em duas etapas: a primeira às **9 horas** (horário oficial de Brasília/DF), com duração de **3 horas**; e a segunda às **15 horas** (horário oficial de Brasília/DF), também com duração de **3 horas**.

6.2.1 Na data provável de **3 de fevereiro de 2006**, os locais de realização do TPS e da prova escrita de Português (Segunda Fase) serão publicados no *Diário Oficial da União*, divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006>, e afixados nos quadros de avisos do CESPE/UnB, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

6.2.2 O CESPE/UnB enviará ao candidato, via e-mail, Boletim Informativo do local de realização do TPS e da prova escrita de Português (Segunda Fase), sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a manutenção/atualização de seu correio eletrônico, o que não o desobriga do dever de observar o edital a ser publicado, consoante dispõe o subitem 6.2.1 deste Edital.

6.3 Características: o TPS será constituído de 65 questões objetivas.

6.3.1 As questões serão do tipo múltipla escolha e do tipo CERTO ou ERRADO.

6.3.2 Cada questão do tipo múltipla escolha terá cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão deste tipo, cinco campos de marcação correspondentes às cinco opções: A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando.

6.3.2.1 Para obter pontuação em cada questão de múltipla escolha, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas correspondentes às opções da questão.

6.3.3 Cada questão do tipo CERTO ou ERRADO será constituída de quatro itens. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código **E**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

6.3.3.1 Para obter pontuação em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas correspondentes a esse item.

6.3.4 O candidato deverá transcrever as respostas das questões do TPS para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento do candidato.

6.3.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não-preenchido integralmente.

6.3.6 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de ter a correção de sua prova prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica.

6.3.7 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim.



Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por agente do CESPE/UnB devidamente treinado.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

7.1 A folha de respostas será corrigida por meio de processamento eletrônico.

7.2 A nota em cada questão do tipo múltipla escolha, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,20 ponto negativo (menos vinte centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja mais de uma marcação.

7.3 A nota em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,25 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,25 ponto negativo (menos vinte e cinco centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla.

7.4 Para cada candidato, o cálculo da nota no conjunto das questões do TPS será igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões e itens que o compõem.

7.5 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver nota inferior a 40% da pontuação máxima possível no conjunto das questões.

7.5.1 Os candidatos eliminados na forma do subitem 7.5 deste Edital não terão classificação alguma no Concurso.

7.5.2 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.5 serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas obtidas no conjunto das questões.

7.6 Para os candidatos não eliminados segundo o subitem 7.5.2 será calculada a nota final no TPS (*NFTPS*) como sendo igual à soma das notas obtidas no conjunto das questões objetivas.

7.7 Os candidatos serão ordenados de acordo com a soma das notas obtidas no conjunto das questões e os classificados até a 300.^a posição (20.^a posição para os portadores de deficiência, respeitados os empates na última colocação) terão as provas escritas de Português (Segunda Fase) avaliadas.

7.8 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

8 DOS RECURSOS REFERENTES AO TPS

8.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões do TPS serão afixados nos quadros de avisos do CESPE/UnB e divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006>, até as 18 horas da data provável de **14 de fevereiro de 2006**.

8.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas disporá de dois dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília), ininterruptamente, conforme datas determinadas nesses gabaritos.

8.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (<http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006>), e seguir as instruções ali contidas.

8.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados no do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.



8.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

8.6 Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de item de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão ou ao item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão ou de item de questão integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006> no momento da divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.

8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou de recurso de gabarito oficial definitivo.

8.10 Recursos cujo teor desprezite a banca serão preliminarmente indeferidos.

9 DA SEGUNDA FASE: PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

9.1 **Data e horário:** a prova escrita de Português será aplicada no dia **12 de fevereiro de 2006**, às **14 horas** (horário oficial de Brasília/DF), nos mesmos locais em que o candidato prestou o TPS. Esta prova terá a duração de **5 horas**.

9.2 **Características:** a prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos).

9.3 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 600. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.

9.4 O candidato que entregar a redação ou algum dos exercícios em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará eliminado e não terá sua prova corrigida.

9.5 **Aprovação:** serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), a nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova de Português.

9.6 **Resultado:** o resultado provisório da Segunda Fase será anunciado na sede do IRBr, em Brasília, às **16 horas** (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **28 de março de 2006**, e divulgado via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006>, até as 20 horas desse mesmo dia.

9.7 **Recursos:** a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Segunda Fase serão divulgados quando da publicação deste resultado.

9.7.1 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as **18 horas** (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **18 de abril de 2006**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*, em edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da Terceira Fase do Concurso.

10 DA TERCEIRA FASE: PROVAS ESCRITAS DE INGLÊS, DE FRANCÊS OU ESPANHOL, HISTÓRIA DO BRASIL, DE GEOGRAFIA, DE POLÍTICA INTERNACIONAL, DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E DE NOÇÕES DE ECONOMIA.

10.1 A Terceira Fase constará de sete provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:



- data provável de **29 de abril de 2006**: Inglês;
- data provável de **30 de abril de 2006**: Francês ou Espanhol;
- data provável de **1º de maio de 2006**: História do Brasil;
- data provável de **6 de maio de 2006**: Geografia;
- data provável de **7 de maio de 2006**: Política Internacional;
- data provável de **13 de maio de 2006**: Noções de Direito e Direito Internacional Público;
- data provável de **14 de maio de 2006**: Noções de Economia.

10.2 As provas de Inglês, de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia terão a duração de **5 horas** cada uma, com início às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF). As provas de Espanhol e de Francês terão a duração de **2 horas**, com início às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF).

10.3 Características referentes às provas da Terceira Fase:

10.3.1 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia consistirão, cada uma, de cinco questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos para cada prova.

10.3.2 A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de quatro partes: versão de um ou mais textos (valor: 15 pontos); tradução de um ou mais textos (valor: 15 pontos); resumo e exercícios textuais (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 45 pontos).

10.3.2.1 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

10.3.3 A prova de Francês (como opção de segunda língua estrangeira – vide subitem 5.6 deste Edital), com o valor máximo de 50 (cinquenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) em língua francesa. As respostas deverão ser dadas em Francês.

10.3.4 A prova de Espanhol (como opção de segunda língua estrangeira – vide subitem 5.6 deste Edital), com o valor máximo de 50 (cinquenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) em língua espanhola. As respostas deverão ser dadas em Espanhol.

10.4 O candidato que não comparecer a uma das sete provas, ou entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado e não terá qualquer das provas corrigidas.

10.5 **Aprovação:** serão considerados aprovados na Terceira Fase do Concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 390 (trezentos e noventa) pontos na soma das pontuações obtidas nas sete provas desta fase.

10.6 **Resultado:** O resultado provisório das provas da Terceira Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **30 de maio de 2006**, e divulgados via Internet até as 20 horas do mesmo dia.

10.7 **Recursos:** a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Terceira Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.

10.8 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Terceira Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **13 de junho de 2006**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

11 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO

11.1 A nota final no Concurso será a igual à soma das notas obtidas nas provas da Segunda e da Terceira Fases.



11.2 A classificação final no Concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das respectivas notas finais.

11.3 O resultado final do Concurso será divulgado na Internet e publicado no *Diário Oficial da União* na data provável de **30 de junho de 2006**.

12 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 Em caso de empate na nota final no Concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver idade superior a 60 anos, até o último dia de inscrição nesta seleção, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
- b) obtiver a maior nota na prova escrita de Português;
- c) obtiver a maior soma de notas nas sete provas da Terceira Fase;
- d) obtiver a maior nota no Teste de Pré-Seleção.

12.1.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 **Aceitação das normas deste Edital:** o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no *Diário Oficial da União*. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

13.2 O Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata 2006, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www2.mre.gov.br/irbr/guia2006> até o início das inscrições, é de leitura obrigatória e de caráter complementar a este Edital.

13.3 Os programas das provas da Segunda e da Terceira Fases do Concurso estão detalhados no Anexo I deste Edital.

13.4 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação das provas, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do Concurso.

13.4.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no *Diário Oficial da União* e divulgados na Internet, nos endereços eletrônicos <http://www2.mre.gov.br/irbr/irbr.htm> e <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006>.

13.5 O candidato poderá obter informações atinentes ao TPS junto ao Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE/UnB, localizado no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino, Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100 ou via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006>, ressalvado o disposto no subitem 13.4 deste Edital.

13.6 Não serão identificadas, para efeito de correção, as provas da Segunda e da Terceira Fases.

13.6.1 As provas da Segunda e da Terceira Fases serão identificadas em público no momento do anúncio dos resultados.

13.7 Os candidatos terão direito à vista de provas e poderão interpor recurso contra os resultados provisórios da Segunda e da Terceira Fases, observadas as seguintes condições:

- a) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;
- b) só será aceito requerimento de recurso fundamentado, que indique precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;



c) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

d) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

13.8 A legibilidade é condição indispensável para a correção de todas as provas.

13.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, de comprovante de inscrição ou do Boletim Informativo e de documento de identidade original.

13.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

13.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).

13.11.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo antigo), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

13.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

13.12.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

13.13 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 13.11 deste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.

13.14 Nos dias de realização das provas, não será permitido ao candidato entrar no local do exame com armas ou aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, máquina de calcular, entre outros).

13.14.1 Não será permitida a entrada de candidato no local do exame usando relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer itens de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.

13.14.2 O IRBr e o CESPE/UnB não se responsabilizarão por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.

13.15 O candidato deverá permanecer **obrigatoriamente** no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.

13.15.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não-correção das provas e, conseqüentemente, a eliminação do candidato no concurso público.

13.16 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas e a folha de rascunho, que é de preenchimento facultativo, no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.

13.16.1 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização:

a) der e/ou receber auxílio para a execução da prova;



- b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos e/ou que se comunicar com outro candidato;
 - c) portar telefone celular, gravador, receptor, *paggers*, *notebook* e/ou equipamento similar;
 - d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes e/ou com os demais candidatos;
 - e) fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
 - f) recusar-se a entregar o material da prova ao término do tempo destinado para a sua realização;
 - g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
 - h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou o caderno de respostas das questões discursivas;
 - i) descumprir as instruções contidas no caderno de prova, na folha de respostas, na folha de rascunho e/ou no caderno de respostas das questões discursivas;
 - j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
 - k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso.
 - l) recusar-se a coletar a assinatura ou a impressão digital.
- 13.17 Exige-se traje apropriado nos dias de realização das provas.
- 13.18 Não será admitido o ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
- 13.19 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora da data e do local predeterminados em edital e/ou em comunicado.
- 13.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento a qualquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.
- 13.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento de candidato da sala de provas.
- 13.22 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.
- 13.23 No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.
- 13.24 O prazo de validade do Concurso será de noventa dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.
- 13.25 O candidato deverá manter atualizado seu endereço no CESPE/UnB, por meio de requerimento, e no IRBr, enquanto estiver participando do Concurso. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não-atualização de seu endereço.
- 13.26 Concomitantemente à divulgação do resultado final do Concurso, os candidatos serão convocados para se submeterem a exame pré-admissional, conforme subitem 3.8.
- 13.27 Os casos omissos serão resolvidos pelo IRBr, com a colaboração do CESPE/UnB quando necessário.

FERNANDO GUIMARÃES REIS
Diretor



ANEXO I

NOTA: A fim de facilitar a consulta por parte do candidato, os programas mencionados no subitem 13.3 do Edital constam deste Guia de Estudos nas seções de orientação para o estudo referentes a cada disciplina, razão pela qual não se reproduz neste ponto o ANEXO I do Edital. O Programa de Política Internacional transcrito na seção que trata desta disciplina corresponde ao texto estabelecido pelo Edital de Retificação de 2 de janeiro de 2006, publicado no DOU de 3 de janeiro de 2006.

ANEXO II

- **Se você deseja concorrer às vagas destinadas a candidatos portadores de deficiência ou solicitar atendimento especial para os dias de realização das provas, marque um dos campos abaixo.**

Desejo concorrer às vagas destinadas a candidatos portadores de deficiência, mas **não necessito** de atendimento especial.

Desejo concorrer às vagas destinadas a candidatos portadores de deficiência e **necessito** de atendimento especial.

Não desejo concorrer às vagas destinadas a candidatos portadores de deficiência, mas **necessito** de atendimento especial.

Para concorrer às vagas destinadas a candidatos portadores de deficiência e obter o deferimento da solicitação de atendimento especial, o candidato deverá:

- a) encaminhar este formulário preenchido e laudo médico, conforme subitem 4.2 do edital de abertura do concurso público;
- b) estar ciente de que a sua qualificação como portador de deficiência e a compatibilidade da deficiência declarada com as atribuições do cargo dependerão de avaliação, na forma estabelecida no mesmo edital.

NECESSIDADES ESPECIAIS PARA O DIA DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- **Se você necessita de atendimento especial para o dia de realização das provas, assinale o(s) tipo(s) de necessidade(s) abaixo e envie ou entregue, pessoalmente ou por terceiro, este formulário e o laudo médico, conforme descrito no subitem 5.16 do edital de abertura do concurso público e no comprovante de inscrição.**

1 NECESSIDADES FÍSICAS

sala para amamentação (candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê)

sala térrea (dificuldade para locomoção)

sala individual (candidatos com doenças contagiosas/outras)

maca

mesa para cadeiras de rodas

apoio para perna

1.1 MESA E CADEIRA SEPARADAS

gravidez de risco



- obesidade**
- limitações físicas**

1.2 AUXÍLIO PARA PREENCHIMENTO (DIFICULDADE OU IMPOSSIBILIDADE DE ESCREVER)

- da folha de respostas da prova objetiva**
- da prova objetiva**

1.3 AUXÍLIO PARA LEITURA DA PROVA (LEDOR)

- dislexia**
- tetraplegia**

2 NECESSIDADES VISUAIS (CEGO OU PESSOA COM BAIXA VISÃO)

- auxílio na leitura da prova (ledor)**
- prova em braille e ledor**
- prova ampliada (fonte entre 14 e 16)**
- prova superampliada (fonte 28)**

3 NECESSIDADES AUDITIVAS (PERDA TOTAL OU PARCIAL DA AUDIÇÃO)

- intéprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)**
- leitura labial**

Comprometo-me a entregar, até dez dias úteis antes da posse, todos os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos no edital de abertura do concurso público, estando ciente de que, se não o fizer, estarei automaticamente eliminado do certame.

Declaro conhecer e aceitar todas as normas estabelecidas no Edital de 29 de dezembro de 2005.

assinatura do candidato ou procurador



PORTARIA Nº 336, DE 30 DE MAIO DE 2003

Revoga Portaria de 01 de novembro de 1995, que regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase, PROFA-I, e institui novo regulamento para incorporar modificações decorrentes da implantação do Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco no processo de formação dos diplomatas.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto nas Leis nº 70501, de 27 de junho de 1986, especialmente em seus artigos 38 e 39, parágrafos únicos, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, resolve revogar Portaria de 01 de novembro de 1995 e estabelecer o seguinte regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I), doravante denominado Curso de Formação do Instituto Rio Branco:

Regulamento do Curso de Formação do Instituto Rio Branco

Capítulo I

Das finalidades e duração

Art. 1º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco tem por finalidade a avaliação das aptidões e capacidade de funcionário nomeado para o cargo inicial da carreira de diplomata do Serviço Exterior, durante o estágio probatório de que trata o art. 8º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco compreende as atividades de formação e desempenho funcional, a serem coordenadas pelo Instituto Rio Branco (IRBr).

Art. 3º Considerando a natureza da carreira diplomática, poderão ser utilizados como instrumentos de formação e aperfeiçoamento trabalhos práticos, exercícios, preleções, exames, debates em seminários, monografias, treinamento, visitas a Estados da Federação e demais atividades que programe o Diretor do IRBr.

Art. 4º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco começará no máximo 30 (trinta) dias após a nomeação dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e terá a duração de quatro períodos consecutivos, assim distribuídos:

a) os dois primeiros períodos, de não mais do que 20 semanas cada um, darão ênfase a atividades indispensáveis à formação e ao aperfeiçoamento do funcionário nomeado, a luz das necessidades da carreira diplomática;

b) os dois últimos períodos compreenderão cursos de aperfeiçoamento e dedicação à pesquisa ou prática diplomática;

c) os estágios regulares no exterior serão realizados somente pelos alunos do Mestrado em Diplomacia, após a apresentação ou a aprovação das dissertações, e terão duração de até seis meses;

d) a distribuição dos estagiários por postos será feita preferencialmente por ordem de classificação nos exames de qualificação no Mestrado;

e) a designação de estágio no exterior em determinada missão ou instituição poderá se



condicionada à elaboração de dissertação de Mestrado sobre tema específico.

Art. 5º O funcionário não se poderá recusar a tomar parte ou submeter-se a quaisquer dos instrumentos e atividades de formação e aperfeiçoamento acima mencionados.

Capítulo II Da avaliação

Art.6º A avaliação das atividades do Curso de Formação do Instituto Rio Branco ficará a cargo do IRBr e das Chefias imediatas.

Art. 7º O funcionário nomeado e dedicado à prática diplomática será avaliado segundo critérios de produtividade, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa e responsabilidade.

Parágrafo Único – Na aferição desses critérios, serão considerados obrigatoriamente a proficiência nos instrumentos de formação e aperfeiçoamento, bem como o desempenho profissional, a conduta pessoal e a integração com a carreira;

Art. 8º A avaliação semestral, de que trata o art. 10, § 2º, alínea a, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, anexo ao Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, com as alterações aprovadas pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado, e as alterações subsequentes, será graduada por notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), e por conceitos de “satisfatório” ou “insatisfatório”;

a) a média das notas do período será considerada suficiente se igualar ou superar 60 (sessenta) em cada atividade considerada obrigatória;

b) os conceitos serão também emitidos ao final de cada período;

c) em caso de insuficiência de notas ou de avaliação de “insatisfatório”, o funcionário será notificado formalmente pelo Diretor do IRBr.

d) Só será admitida uma notificação; e

e) Na eventualidade de uma segunda notificação, que poderá comprometer a confirmação no Serviço Exterior do funcionário nomeado, o Secretário Geral das Relações Exteriores designará Comissão de três diplomatas – composta pelo Diretor do IRBr e de dois outros dentre os Ministros de Segunda Classe e Conselheiros da carreira de diplomata – para examiná-la.

Art. 9º Os relatórios relativos aos períodos de avaliação, a serem submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário Geral das Relações Exteriores, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, § 2, alínea b, acima citado, e as alterações subsequentes, incluirão as notas e os conceitos conferidos e, se for o caso, as notificações.

CELSO AMORIM

(DOU 112, 12 de junho de 2003)



Orientação para estudo

(inclui: programas e bibliografias para as provas das Segunda e Terceira Fases, e exemplos de provas do Concurso anterior)

Teste de Pré-Seleção (TPS)

Português

Inglês

Espanhol

Francês

História do Brasil

Geografia

Política Internacional

***Noções de Direito e de Direito
Internacional Público***

Noções de Economia

História Mundial (TPS)



NOTA

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste Guia de Estudos não têm caráter limitativo. Feita essa ressalva, recomendam-se as seguintes obras, com vistas a facilitar a preparação básica do candidato:

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

O Teste de Pré-Seleção (TPS), como o nome indica, é uma prova preliminar e seletiva, de caráter eliminatório. Seu objetivo é testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos.

O TPS tem natureza própria, se comparado com as provas das Fases subseqüentes. Em termos de orientação para estudo, não comporta recomendações particulares, uma vez que não lhe corresponde um programa específico.

No Concurso de 2006, o TPS será constituído de 65 questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia e de Inglês. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.

Ainda que, na preparação dos candidatos, sejam certamente muito úteis as informações constantes deste Guia sobre as provas de Português (Segunda Fase), de História do Brasil, da Geografia e de Inglês (Terceira Fase), o conteúdo das questões do TPS não se limitará a esses programas. O mesmo vale para História Mundial (disciplina que não consta das provas de Terceira Fase), cujo programa é reproduzido ao final deste volume – junto com a bibliografia pertinente – conforme figurava no Guia de Estudos de 2004.

*



PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos).

Programa:

1. Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil. 1.1. Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade. 1.2. Morfossintaxe. 1.3. Semântica. 1.4. Vocabulário.
2. Leitura e produção de textos. 2.1. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa. 2.2. Conhecimentos de Lingüística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação lingüística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não-literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual. 2.3. Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical. 2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição. 2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro lingüístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Bibliografia sugerida:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1999.

Atualizado em <http://www.academia.org.br/vocabulario>

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. (versão impressa e eletrônica).

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 25. ed. São Paulo: Globo, 2000.

_____. **Dicionário de verbos e regimes**. 44. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.



_____. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** Versão 1.0. Dez – 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Introdução à lingüística textual.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KURY, Adriano da Gama. **Ortografia, pontuação e crase.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. **Manual do Candidato – Português.** 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem.** 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILSON, John. **Pensar com conceitos.** Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos), sobre tema suscitado pelos textos, e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um). O apoio em textos propicia subsídios ao candidato, visando evitar que deixe de escrever por falta de motivação ou informação acerca do objeto temático.

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha – com fluência e adequação – informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada.

As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do correto uso da língua portuguesa.

O candidato deverá obedecer aos limites de extensão definidos nos comandos das questões. Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,2 pontos para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 500. Será atribuída nota zero à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação zero na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português e critério de apenação do candidato. São aceitos o uso de letra de forma (ou “letra maiúscula manuscrita”), respeitada a distinção entre maiúsculas e minúsculas, e as rasuras legíveis (“risco feito para tornar inválidas ou ilegíveis palavras ali contidas, ou substituí-las por outras”).



Prova de 2005

Leia os textos I, II e III a seguir.

Texto I: O punhal de Martinha

Machado de Assis

Quereis ver o que são destinos? Escutai. Ultrajada por Sexto Tarquínio, uma noite, Lucrecia resolve não sobreviver à desonra, mas primeiro denuncia ao marido e ao pai a aleivosia daquele hóspede, e pede-lhes que a vinguem. Eles juram vingá-la, e procuram tirá-la da aflição dizendo-lhe que só a alma é culpada, não o corpo, e que não há crime onde não houve aquiescência. A honesta moça fecha os ouvidos à consolação e ao raciocínio, e, sacando o punhal que trazia escondido, embebe-o no peito e morre. Esse punhal podia ter ficado no peito da heroína, sem que ninguém mais soubesse dele; mas, arrancado por Bruto, serviu de lábaro à revolução que fez baquear a realeza e passou o governo à aristocracia romana. Tanto bastou para que Tito Lívio lhe desse um lugar de honra na história, entre enérgicos discursos de vingança. O punhal ficou sendo clássico. Pelo duplo caráter de arma doméstica e pública, serve tanto a exaltar a virtude conjugal, como a dar força e luz à eloquência política.

Bem sei que Roma não é Cachoeira, nem as gazetas dessa cidade baiana podem competir com historiadores de gênio. Mas é isso mesmo que deploro. Essa parcialidade dos tempos, que só recolhem, conservam e transmitem as ações encomendadas nos bons livros, é que me entristece, para não dizer que me indigna. Cachoeira não é Roma, mas o punhal de Lucrecia, por mais digno que seja dos encômios do mundo, não ocupa tanto lugar na história, que não fique um canto para o punhal de Martinha. Entretanto, vereis que esta pobre arma vai ser consumida pela ferrugem da obscuridade.

Martinha não é certamente Lucrecia. Parece-me até, se bem entendo uma expressão do jornal A Ordem, que é exatamente o contrário. “Martinha (diz ele) é uma rapariga franzina, moderna ainda, e muito conhecida nesta cidade, de onde é natural”. Se é moça, se é natural da Cachoeira, onde é muito conhecida, que quer dizer moderna? Naturalmente quer dizer que faz parte da última leva de Citera. Esta condição, em vez de prejudicar o paralelo dos punhais, dá-lhe maior realce, como ides ver. Por outro lado, convém notar que, se há contrastes das pessoas, há uma coincidência de lugar: Martinha mora na Rua do Pagão, nome que faz lembrar a religião da esposa de Colatino. As circunstâncias dos dous atos são diversas. Martinha não deu hospedagem a nenhum moço de sangue régio ou de outra qualidade. Andava a passeio, à noite, um domingo do mês passado. O Sexto Tarquínio da localidade, cristãmente chamado João, com o sobrenome de Limeira, agrediu e insultou a moça, irritado naturalmente com os seus desdêns. Martinha recolheu-se à casa. Nova agressão, à porta. Martinha, indignada, mas ainda prudente, disse ao importuno: “Não se aproxime, que eu lhe furo”. João Limeira aproximou-se, ela deu-lhe uma punhalada, que o matou instantaneamente.

Talvez esperásseis que ela se matasse a si própria. Esperaríeis o impossível, e mostraríeis que me não entendestes. A diferença das duas ações é justamente a que vai do suicídio ao homicídio. A romana confia a vingança ao marido e ao pai. A cachoeirense vingase por si própria, e, notai bem, vinga-se de uma simples intenção. As pessoas são desiguais, mas força é dizer que a ação da primeira não é mais corajosa que a da segunda, sendo que esta cede a tal ou qual subtilidade de motivos, natural deste século complicado.

Isto posto, em que é que o punhal de Martinha é inferior ao de Lucrecia? Nem é inferior, mas até certo ponto é superior. Martinha não profere uma frase de Tito Lívio, não vai a João de Barros, alcunhado o Tito Lívio português, nem ao nosso João Francisco Lisboa,



grande escritor de igual valia. Não quer sanefas literárias, não ensaia atitudes de tragédia, não faz daqueles gestos oratórios que a história antiga põe nos seus personagens. Não; ela diz simplesmente e incorretamente: “Não se aproxime que eu lhe furo”. A palmatória dos gramáticos pode punir essa expressão; não importa, o eu lhe furo traz um valor natal e popular, que vale por todas as belas frases de Lucrecia. E depois, que tocante eufemismo! Furar por matar; não sei se Martinha inventou esta aplicação; mas, fosse ela ou outra a autora, é um achado do povo, que não manuseia tratados de retórica, e sabe às vezes mais que os retóricos de ofício.

Com tudo isso, arrojo de ação, defesa própria, simplicidade de palavra, Martinha não verá o seu punhal no mesmo feixe de armas que os tempos resguardam da ferrugem. O punhal de Carlota Corday, o de Ravaiillac, o de Booth, todos esses e ainda outros farão cortejo ao punhal de Lucrecia, luzidos e prontos para a tribuna, para a dissertação, para a palestra. O de Martinha irá rio abaixo do esquecimento. Tais são as cousas deste mundo! Tal é a desigualdade do destino!

Se, ao menos, o punhal de Lucrecia tivesse existido, vá; mas tal alma, nem tal ação, nem tal injúria, existiram jamais, é tudo uma pura lenda, que a história meteu nos seus livros. A mentira usurpa assim a coroa da verdade, e o punhal de Martinha, que existiu e existe, não logrará ocupar um lugarzinho ao pé de Lucrecia, pura ficção. Não quero mal às ficções, amas, acredito nelas, acho-as preferíveis às realidades; nem por isso deixo de filosofar sobre o destino das cousas tangíveis em comparação com as imaginárias. Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos, e acabar acreditando que não há pássaros com asas... Mas não falemos mais em Martinha.

Crônica. A Semana. In: **Obra completa.** Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 615-6.

Texto II: Os vivos governam os mortos

Boris Fausto

Sabem os historiadores e as pessoas dedicadas às ciências humanas em geral que o passado não é um campo imóvel, de contornos definidos, possibilitando aos especialistas conhecer os fatos tal como eles realmente aconteceram. Esse foi um grande sonho positivista que quis aproximar as ciências humanas da objetividade das chamadas “ciências duras” — uma objetividade também relativa, como hoje se sabe — para daí extrair grandes leis explicativas da vida social.

Na verdade, o passado é movente, não por ser tecido apenas por diferentes discursos, como os pós-modernos pretendem, mas porque sua interpretação, em busca de graus crescentes de certeza, está sujeita à ampliação do conhecimento e às opções das construções históricas do presente.

Fico aqui no terreno interpretativo, separando-o algo artificialmente dos avanços do conhecimento, pois estes e a renovação interpretativa muitas vezes se entrelaçam.

Vejam, por exemplo, o acesso a fontes antes consideradas segredo de Estado, como se deu com os arquivos soviéticos, felizmente bastante preservados. A análise mais aprofundada das decisões da burocracia soviética ou, personalizando, de Stálin e sua corte, do universo concentracionário, da liquidação dos camponeses ou até mesmo da aventura insurrecional de novembro de 1935 no Brasil deveram-se ao mencionado avanço do conhecimento.

Longe de serem inocentes, as interpretações e reinterpretções dos historiadores têm muito a ver com sua visão do presente. No caso, invertendo uma conhecida expressão de Auguste Comte [1798–1857], são os vivos que governam os mortos. É esse, aliás, o sentido



da conhecida expressão de Benedetto Croce [1866–1952], segundo a qual toda história é história contemporânea.

Exemplos não faltam, e entre os mais significativos encontram-se as controvérsias interpretativas em torno de duas grandes balizas que marcaram o trabalho dos historiadores e a imaginação dos povos: a Revolução Francesa [1789] e a Revolução Russa [1917].

É curioso observar, por outra parte, que as reelaborações do passado, versando sobre processos históricos, instituições, acontecimentos ou personagens, ganharam uma popularidade que transcende os círculos acadêmicos. Matéria publicada nesta Folha em 6/2, com o sugestivo título *Revisionismo Histórico Vira Best Seller nos EUA*, refere-se a esse fenômeno. Os exemplos aí citados, indo da revisão da Guerra da Secessão [1861–65] à da figura do presidente Roosevelt [1882–1945] e da implantação do New Deal, são indicativos de um misto de ampliação do conhecimento histórico e, ao mesmo tempo, da irresponsabilidade que, em certos casos, acompanha o ímpeto interpretativo.

A que se deve a popularidade das revisões? Entre outras razões, ao prazer que o leitor encontra na desconstrução de figuras históricas, sobretudo quando convertidas em mitos, como ocorre com Churchill [1874–1965], Roosevelt e tantos outros. busca de sensações novas, crescente no mundo urbano desde as últimas décadas do século XIX, permite sugerir que o revisionismo com ingredientes sensacionalistas é uma das vertentes desse contexto histórico.

Do ponto de vista cronológico, um aspecto a ser notado é o de que as controvérsias interpretativas mais ardorosas dizem respeito, com frequência, a instituições, episódios ou personagens de um passado próximo, e menos ao passado mais distante. Isso acontece porque tais controvérsias têm muito a ver com disputas políticas que fazem parte da memória das gerações mais velhas, incidindo, ao mesmo tempo, num quadro presente, conservando traços do passado.

Para ficar num exemplo nosso, vejam o caso do getulismo e da figura de Getúlio Vargas [1883–1954]. Getulismo e antigetulismo foram dois exércitos em combate, no âmbito da história do Brasil, a partir de 1930, com repercussão nas diferentes ideologias e, em certa medida, nas disputas do presente.

Se a crítica sem matizes ao getulismo foi superada pelo tempo, a mitificação da época e de seu ator principal vem sendo utilizada na defesa do nacionalismo, nas críticas à globalização, nas denúncias ao chamado desmonte da era Vargas. Não é por acaso que, nesse tipo de leitura, a dura repressão do primeiro e longo governo Vargas tende a ser ignorada.

Em certos casos, e não só nos círculos acadêmicos, as interpretações de um passado mais distante são também objeto de disputas árduas, em que se espelham visões do presente. Dois exemplos, aqui apenas enunciados, são significativos. Vejam a revisão do escravismo, por meio da qual autores como João José Reis, Robert Slenes, Sílvia Lara, entre outros, contrapõem-se às teses estruturalistas clássicas, que ressaltam a anomia das populações escravas.

Os revisionistas, em poucas palavras, enfatizam a relevância dos escravos como agentes históricos, manifestada no plano da resistência social e da cultura. Essa vertente, que tem muitos méritos e alguns exageros, guarda relação íntima com a crítica mais geral ao determinismo e com a emergência da sociedade civil, características dos dias que vivemos.

O outro exemplo é o da interpretação da Guerra do Paraguai [1864–70], que só recentemente, graças aos trabalhos de historiadores como Francisco Doratioto e Ricardo Salles, abriu-se a novos caminhos, rejeitando, de um lado, a simplista historiografia antiimperialista, tendo como alvo exclusivo a Inglaterra, e, de outro, os fastos heróicos da versão militar.



Isso foi possível porque muitos arquivos foram abertos, no Paraguai e em parte no Brasil, e porque os maniqueísmos de direita e de esquerda perderam muito de sua força. A constatação tem também a ver com a emergência do regime democrático que permitiu a revisão, sem temores, da interpretação patrioteira do conflito — uma “verdade incontestada”, na época do regime militar e mesmo antes dele.

Tudo isso indica que as interpretações históricas não são ondas que vão e vêm, como discursos que se equivalem. Elas favorecem a ampliação do conhecimento e, mais do que isso, possibilitam ao cidadão letrado opções de análise do passado que não o obriga à ingestão de pratos feitos, quase sempre indigestos.

Folha de S. Paulo. 27/2/2005 (com adaptações).

Texto III: A narrativa na escrita da história e da ficção

Luiz Costa Lima

A tendência à confusão entre as formas discursivas da história e da ficção literária não é apenas um efeito do que têm em comum — a organização narrativa — ou uma resultante da reação ao estatuto inadequado que se conferiu a esta e àquela. Se assim o fosse, essa tendência só se manifestaria em data recente. Ora, J. Lotman* nos faz notar que essa tendência é muitíssimo mais remota. Mostra-nos ele que, sob a forma comum de narrativa, desde tempos imemoriais, surgiam dois tipos de relato. De um lado, aqueles que tinham por finalidade apresentar um mundo estável, absolutamente regulado por leis. Fixados sob a forma de mitos, “não lidavam com fenômenos que sucediam apenas uma vez e sem referência às leis naturais, mas com eventos intemporais, sem cessar reproduzidos, e, neste sentido, sem movimento” (Lotman, J.: 1979, 162-3). De outro lado, surgiam as narrativas voltadas para o excesso, o anômalo e o singular, que, pelo próprio tipo de cena privilegiado, não permitiam a representação do ciclo cósmico, nas quais encontra o cerne dos relatos dotados de enredo. Desde tempos sem conta, a humanidade recorreu a estas duas formas antagônicas de narrar. Se a primeira privilegiava a visão de ciclos estáveis, dotados de leis constantes, a segunda ressaltava o acidental irrepitível e singular. “O texto de enredo (plot-text) moderno é o fruto da interação e da influência recíproca destas duas espécies de texto, tipologicamente remotas” (Lotman, J.: idem, 163).

A passagem de Lotman realça por outro caminho um velho conhecimento: o mito é o corpo unânime de cuja fragmentação surgiram, na Grécia, a história e a tragédia. O interesse deste conhecimento assim recuperado está em nos permitir, ao mesmo tempo, o melhor entendimento tanto da proximidade quanto da diferença entre história e ficção. O fato de que ambas se realizem narrativamente não impede que cada uma provoque um relacionamento diverso com o mundo. O intento do historiador é designar o mundo que estuda. Designá-lo não no sentido de apontar o que ali já estivesse, pronto e apenas à espera da palavra que o propagasse. Designá-lo, no caso, significa: organizar os restos do passado, tal como presentes ou inferidos de documentos, em um todo cujo sentido centralmente não é da ordem do imaginário. A interpretação do historiador, sua forçosa interpretação, será arbitrária se, por conta de seus valores, fundá-lo à imagem de outro tempo e fundi-lo às expectativas e categorias deste. O intento do ficcionista é criar uma interpretação desestabilizadora do mundo. Como este já é demarcado pelas múltiplas representações dos *frames* cotidianos, o correto será dizer que ele cria uma representação desestabilizante das representações. Representação segunda, a do ficcionista, que não tem o propósito de re-duplicar a primeira, o que a tornaria ociosa, senão que de mostrá-la à distância, assim possibilitando ao receptor uma orientação diversa da que se lhe impõe quando é mero “ator”. Porque próximas, as



práticas do historiador e do ficcionista podem ser comparadas e não só contrapostas. Porque enraizadas no uso da linguagem, de cuja capacidade organizativa depende a eficácia de ambas, é de se esperar que o questionamento da cientificidade da história conduza ao estudo mais acurado dos procedimentos verbais escolhidos pelo historiador. A partir daí, contudo, supor que se conduza como um ficcionista será tão desastroso quanto tem sido para este tomar-se o seu produto como um documento histórico. Próximos, mas distintos, os discursos do historiador e do ficcionista diferenciam-se tanto pela maneira como suas narrativas se relacionam com o mundo quanto pelo modo como neles atua o narrador.

A aguarrás do tempo. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 101-2.

* Iuri (Juri ou Jurij) M. Lotman (1922-1993) é autor de diversas obras sobre Teoria da Literatura e Semiótica. Os trechos citados no texto III foram extraídos do ensaio *The origin of plot in the light of typology*, publicado na revista *Poetics today* 1 (1/2): 161-184 (1979). [Nota dos examinadores]

Parte I – Comentário

Identifique e comente de forma resumida as visões do trabalho do historiador contidas exclusivamente nos textos I, II e III.

Extensão: de 250 a 300 palavras (valor: trinta pontos)

(comentário elaborado com base em respostas de alguns candidatos)

As visões do trabalho do historiador que se depreendem dos textos “A narrativa na escrita da história e da ficção”, de Luiz Costa Lima, “Os vivos governam os mortos”, de Boris Fausto, e “O punhal de Martinha”, de Machado de Assis, apesar de peculiares, apresentam o traço comum de divergir da perspectiva do senso comum sobre o tema.

[...] Costa Lima caracteriza o trabalho do historiador como o esforço de organização dos vestígios do passado, a fim de constituir panorama calcado na realidade. Não se trata simplesmente de desvendar uma realidade preexistente, como suporia o senso comum, mas de elaborar narrativa que apreenda e organize o passado, sem permitir que a interpretação se constitua em fator de distorção ou anacronismo. Ao fundamentar a especificidade do discurso da história (por oposição ao da ficção) em sua pretensão de verdade, Costa Lima se distancia do que apregoam alguns teóricos contemporâneos.

[...] Para Boris Fausto, a interpretação é, ao lado do progressivo acesso às fontes, recurso fundamental do historiador, em que pese aos condicionamentos impostos pelo momento em que vive. Rejeitando como ilusória a pretensão positivista do conhecimento cabal e definitivo do passado, Fausto releva a importância da diversidade interpretativa para o amadurecimento de visões não-dogmáticas da história. Parece subjazer à sua visão do historiador a idéia democrática de que o debate e as controvérsias favorecem a aproximação da verdade.

[...] Dos três autores, Machado de Assis é quem expõe visão mais cética a respeito do historiador. Propenso, segundo o autor, a manipular fatos e cultivar lendas, o historiador relegaria ao esquecimento fatos que envolvem pessoas comuns, independentemente de seu valor intrínseco. A incredulidade de Machado de Assis comporta um paradoxo, na medida em



que apenas por intermédio do trabalho do historiador se podem desmistificar falseamentos operados por outros historiadores.

Parte II – Redação

Disserte sobre o tema suscitado no seguinte trecho de Benedito Nunes.

(...) “o recurso aos documentos assinala uma linha divisória entre história e ficção; diferindo do romance, as construções do historiador pretendem ser reconstruções do passado.”
 (...) Mas essa linha divisória, que acentua a dissimetria entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional, anula-se pela natureza desse passado reconstruído, quando se dá à expressão o seu peso ontológico de reconstrução de uma realidade que não mais existe, que já deixou de ser. Desse ponto de vista, a “realidade histórica” é tão *sui generis* quanto a “irrealidade” da Ficção. Nesta, os acontecimentos inventados, formando um mundo fictício, escapam a qualquer espécie de confirmação empírica. Naquela, os dados empíricos (documentos), signos de um mundo que foi real, remetem a acontecimentos passados, conhecidos por inferência, e que só se confirmam, fora de toda comprovação empírica, pela reconstrução desse mesmo mundo.

Extensão: de 500 a 600 palavras (valor: setenta pontos)

Ronaldo Lima Vieira (com adaptações)

A sociedade pós-moderna foi inaugurada, segundo François Dosse, no ano de 1968 e é marcada pela idéia de fragmentação do saber. O mundo contemporâneo tomou direção oposta ao arcabouço disciplinar definido pela modernidade.

No âmbito das ciências humanas, suscita-se controvérsia acerca da validade de uma história de fatos e a respeito da tênue diferença que a separa da ficção. Se, por um lado, se questiona a defesa da prevalência da história, por outro, confere-se à literatura certo poder de verdade, para além da verossimilhança, característica que a tradição lhe atribui. Estas disciplinas – a história e a literatura – têm dois pontos de convergência: a memória e a linguagem.

Hanna Arendt define a memória, coletiva ou individual, como o presente do ser pensante. O fazer social é motivado e limitado pelos valores oriundos do passado retido ou recriado na memória do indivíduo. De forma análoga, a psicanálise clínica, ao estudar as causas da psicopatia, não faz distinção entre o que o paciente resgata como fato de sua história pessoal e o respectivo vínculo com a realidade empírica. A razão, para isso, reside no fato de que todos nós vivemos precipitados no tempo, que não tem começo nem fim. Mais importante do que revelar a realidade objetiva, portanto, é verificar os efeitos de sentido que os fatos causam, porque daí nascem e se desenvolvem as identidades e diferenças culturais.

Quanto à linguagem, alguns filósofos contemporâneos, como Foucault, Deleuze e Bourdieu – influenciados pela fenomenologia ontológica de Heidegger – atribuem-lhe relevância superior, pois, em seu entender, a realidade humana é construída pela linguagem. Foucault, adotando posição mais radical, sustenta a idéia de que o sujeito é, em última instância, “efeito discursivo”, logo, não somos nós quem pronuncia a linguagem, mas é a ordem do discurso que constrói o ser social. Nesse sentido, o historiador e o literato não se servem da linguagem; ao contrário, ela é que se utiliza deles, por serem construídos de intertextos.

O trabalho do historiador, como responsável pela edificação da memória da vida social, não pode ignorar o processo de “revolução científica” e a conseqüente mudança de



paradigmas. A transformação epistemológica é necessária não só para a adaptação das técnicas e métodos de pesquisa ao modo de pensar contemporâneo, mas também para a ampliação do conhecimento histórico do passado e de sua relação com o presente. O novo modelo não deve implicar total ruptura das fronteiras entre história e literatura, mas, sim, a adoção de perspectiva interdisciplinar para a delimitação entre ambas.

Se o objeto de estudo não é determinado pelo método de cada disciplina, há possibilidade de diálogo proveitoso entre teóricos de diferentes áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, há que se considerar que a realidade exterior não é passível de total apreensão pelos sentidos, que captam a aparência subordinada à cognição. Não resta dúvida de que o fazer científico – da história e da literatura – deve caminhar em direção à interdisciplinaridade, substituindo, neste diálogo, a conhecida metáfora da “guerra”, fundamentada na oposição, pela metáfora da “dança”, que se apóia na complementaridade.



INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de três partes: versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); resumo e exercícios textuais (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 45 pontos).

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

Programa:

1. Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de idéias.
2. Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.
3. Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.
4. Resumo e exercícios textuais: elaboração de resumo que demonstre adequada capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto; exercícios que demonstrem adequada compreensão e interpretação de texto, bem como domínio de registro, de gramática e de emprego do vocabulário.

Orientação para estudo

1. Versão (15 pontos)

A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2. Tradução (15 pontos)

A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de



palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto

3. Resumo e exercícios textuais (25 pontos)

Avalia-se a capacidade de compreender e de reelaborar texto em língua inglesa. Exercícios textuais, de cunho gramatical e semântico, são parte integral do texto proposto e da avaliação correspondente. Requerem-se, no resumo, correção morfosintática, vocabulário adequado e capacidade de síntese.

4. Redação (45 pontos)

Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 45 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito “correção gramatical” implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (15 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

- a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
- b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
- c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Bibliografia sugerida:

Jornais e revistas

A Internet permite o acesso a vasto número de publicações em língua inglesa. Para preparar-se para o concurso, é útil a leitura de publicações do padrão do *The Times* de Londres, *The New York Times*, *The Washington Post e Guardian*, *The International Herald Tribune*, *The Financial Times*, *The Economist e Newsweek*. Pode-se encontrar a versão impressa de muitas dessas publicações em livrarias e bancas de revistas das principais cidades do País.

Dicionários de inglês



Collins Cobuild English Language Dictionary. Londres: Collins.

Language Activator. Londres: Longman.

The Longman Dictionary of Contemporary English. Londres: Longman.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: University Press.

Oxford English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.

The Random House College Dictionary. New York: Random House.

The Random House Dictionary of the English Language. New York: Random House.

Roget's Thesaurus. Londres: Longman.

Webster's Collegiate Dictionary. New York: BD&L.

Webster's Third International Dictionary. New York: BD&L.

Dicionários inglês-português e português-inglês

Cambridge Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Dicionário Português-Inglês, Inglês-Português. Porto: Porto Editora.

Novo Michaelis: Português-Inglês, Inglês-Português. São Paulo: Melhoramentos.

Taylor, J. L. **Portuguese-English Dictionary.** Rio de Janeiro: Record.

Gramáticas

BENSON, M. *et alii.* **The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations.** Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins.

Collins Cobuild English Usage. Londres: Harper Collins.

Comprehensive Grammar of the English Language. Londres: Longman.

CUTTS, M. **The Plain English Guide.** Oxford, Oxford University Press.

FRANK, M. **Modern English.** Englewood-Cliffs: Prentice-Hall.

LEECH, G.; SVARTVIK, J. **A Communicative Grammar of English.** Londres: Longman.

HILL, J.; LEWIS, M. (Orgs.) **LTP Dictionary of Selected Collocations.** Hove: Language Teaching Publications.

SANTOS, Agenor. **Guia Prático de Tradução Inglesa.** São Paulo: Cultrix.

SWAN, M. **A Practical English Usage.** Oxford: Oxford University Press.

THOMPSON, A. J.; MARTINET, A.V. **A Practical English Grammar.** Oxford: Oxford University Press.

Outras fontes

WALKER, S. B. **Candidate's Handbook:** English. Brasília: FUNAG, 2000.

Internet: Há numerosos dicionários e glossários disponíveis em linha, bem como variadas fontes de informações e de consulta. Duas referências iniciais, a título meramente indicativo:



<http://www.yourdictionary.com>;
<http://www.bbc.co.uk>

Prova de 2005

1 – TRANSLATION (Total: 30 marks)

Translate the following text adapted from an article by Pedro Gómez-Valadés in **La Insignia** (13th June, 2005) into English:

Europa, sem pressa, mas sem pausa

Nunca ninguém disse que o processo de construção europeia fosse fácil. Superar séculos de confrontos habitualmente resolvidos por via militar não é exatamente o melhor alicerce para a construção. Ou talvez sim. A unidade política da Europa é um caminho sem retorno. Desenham-se muito claro os espaços geopolíticos que serão os pivôs da política mundial no século atual: os Estados Unidos; a China, onde todos os algarismos são astronômicos, com o seu disciplinado mercado de trabalho e pujante aparelho político-militar a serviço de uma expansão econômica de que só começamos a vislumbrar o começo; a Índia, país que entrou devagar pela porta dos fundos, já em todas as apostas das potências do século; e a União Europeia.

É evidente que os golpes contundentes que a Constituição europeia acaba de sofrer por parte da cidadania francesa e holandesa, obrigam a fazer uso daquela máxima que dizia: “Estamos em guerra, temos que refletir”. Claro que não se trata de um conflito bélico, mas o tremor que há duas semanas sacode os campos da Europa bem merece uma reflexão.

O medo da eventual entrada da Turquia mobilizou, lamentavelmente, mais do que qualquer outro argumento tirado do próprio texto constitucional em debate. A xenofobia foi um dos pilares da contestação ao Tratado Constitucional europeu.

Não é fácil, lógico e evidente, assumir que um dos efeitos irreversíveis e talvez um dos mais (permitam-me a licença poética) formosos da globalização é a mestiçagem de culturas, nações e raças. A Europa, berço da civilização, não deve ser mais do que exemplo de integração. Não será fácil. Contudo, dar por morta a Constituição Europeia não deixa de ser só uma manchete de jornal. Mais nada. A sensatez obriga a abrir um tempo de reflexão de que, tenho certeza, sairão soluções. Para já, o democrático é continuar com o processo de ratificação dos diferentes estados. Interrompê-lo agora seria um precedente gravíssimo, um fato quase orwelliano. “Todos os Estados da Europa são iguais, mas uns são mais iguais do que outros”.

Mônica S. F. de Sales Barth Tambelli (24,5/30)

Europe, no hurry, but no pause

No one ever said that the process of building Europe would be easy. Getting over centuries of conflicts which had been usually solved by military means is not exactly the best foundation for a construction. Or maybe it is. The political unit of Europe is a path without return. The geopolitical areas which will be the center of the world politics this century are clearly designed: the United States; China, where every figure is astronomic, with its disciplined labour market and dynamic political and military apparatus in service of an economic development whose beginning we have only started to see; India, a country that



entered slowly through the back door, and is already present in every bet for this century's power; and the European Union.

It is obvious that the heavy strikes the European Constitution has just suffered from French and Dutch citizenship call for the use of that motto saying: "We are at war. We have to think." Of course it is not an armed conflict, but the fear that for the past two weeks has shaken the fields of Europe really deserve to be given some thinking.

The fear of Turkey possibly joining in unfortunately mobilized more than any other argument taken from the constitutional text in debate. Xenophobia was one of the main bases for arguing against the European Constitutional Treaty.

It is not easy nor logical or evident to recognize that one of the irreversible and perhaps (allow me to use some poetry) most gorgeous effects of globalization is the mixture of cultures, nations and races. Europe, the cradle of civilization, must not be more than an example of integration. It will not be easy. However, considering the European Constitution dead is nothing more than mere newspaper headlines. Nothing more. In order to be reasonable, one must take some time off to reflect. I am sure that some solutions will come out. For now, it is democratic to go on with the ratification process of the different states. Interrupting it now would be a really serious precedent, an almost-Orwellian fact. "All European States are equal, but some are more equal than others."

2 - SUMMARY & TEXTUAL EXERCISES

(Total: 25 marks)

- A. Read the following text, adapted from a report by Richard Gott, in The Guardian (Saturday, 11th June, 2005) and complete the exercises at the end of it. **(10 marks)**
- B. Summarise the text, **in your own words**, in up to 200 words. **(15 marks)**

A seismic upheaval among Latin America's Indians

The crisis in Bolivia has put the continent's balance of power in question

When the Spanish conquistadors arrived on the immense plains of the westerly part of Bolivia, they paused at a settlement not far from the rim of a great canyon. At 12,000ft they found it too cold, and they made their permanent base in the relative shelter of the slopes below and founded the city of La Paz.

The village of El Alto on the high plateau, which 30 years ago was home only to the capital's international airport, has now become a huge metropolis of nearly a million Indians, driven there over the past 20 years by the irresistible force of neo-liberal economics. The prevailing economic system, devised by US economists in the 1980s, succeeded in destroying the country's agricultural system and its embryonic industries, and closing down the state-owned tin mines – once the source of the wealth of Spain. This predictable disaster brought hundreds of thousands of workless but highly politicised families to live at the gates of the capital city, from where they have been able to hold it to _____ at will. Others migrated to the lower regions of the country, to the Chapare, to grow the profitable crop of coca leaf, the base of cocaine.

The demands of the Indians have been uncompromisingly radical. They make no mention of work or food, education or health. They have only two specific requests: a new constitution that would recognise the part that they should play in the government of the



country (in which they form more than 60% of the population of 8 million), and the return to the hands of the state of the country's reserves of oil and gas.

Oil was nationalised in Bolivia first in 1937, a year before the Mexican wells were expropriated, and again in 1970. The shell of the state company, YPFB, still exists, and most Bolivians remain implacably _____ to foreign ownership, but private oil companies have kept coming back. When immense reserves of natural gas were discovered in the 1990s, some 50 trillion cubic feet at the last estimate, Bolivia became ever more attractive to external predators, its reserves second _____ to those of Venezuela.

The government and the companies (British Gas and Spain's Repsol among them) were keen to get the gas out of the ground and down to the coast, to be shipped off to California. Others, notably the spokesmen for the Indian majority, thought that the gas might be better used to fuel Bolivia's own industrial development. The government's attempts to secure the export of the gas through Chile, Bolivia's traditional enemy, ended in October 2003 when violent protests in El Alto led to the overthrow of President Sánchez de Losada, Bolivia's last elected president. This week's events have been an almost exact replay, with the resignation of the stop-gap president, Carlos Mesa, after prolonged Indian demonstrations and roadblocks had made the country ungovernable by his regime. Something new was required.

The chief emerging protagonist in the next stage of Bolivia's drama is Evo Morales, an Aymara Indian from the high plateau who became the organiser of the coca growers in the Chapare, in the headwaters of the Amazon. From this base of desperate landless peasants and politicised former tin miners, he has become a national figure, allying the socialist rhetoric of the traditional Bolivian left with the fresh language of the indigenous population, now mobilised and angry.

Morales leads the Movement Towards Socialism, and is an outspoken supporter of Castro's Cuba. He is also a favourite son of Venezuela's Hugo Chávez, whose wider ambition has been to replicate the revolution of Simón Bolívar, whose name is immortalised in that of Bolivia. The Americans have accused Chávez of providing Morales with assistance at the presidential election in 2002 (in which he came second), and this would hardly be unusual since all parties in Bolivia depend on external patrons, whether from Europe or the US. Morales has certainly taken a leaf from Chávez's book in demanding the holding of a constitutional assembly to draft a new constitution. This was Chávez's triumph in 1999, modernising and radicalising the country with a single blow before the forces of opposition could mobilise to prevent him.

The crisis came to a head as the Congress met to accept President Mesa's resignation in the old colonial capital of Sucre (away from the protesters in La Paz). According to the Constitution, the presidency would then fall to Hormando Vaca Díaz, the president of the Senate and a wealthy white landowner from the lowland eastern region, centred on the city of Santa Cruz. The area around Santa Cruz is the principal wealth-producer of the country, with the soya fields of agribusiness on the surface, and oil and gas underground. This is the land of more recent white settlers who have been opposed to the political emergence of the Indian majority in the western high lands, and to the Indian resistance that has emerged to challenge them in the lowlands. Elite white groups have been asking for autonomy – some even argue for independence – and have unilaterally called for a referendum on this issue in August.

Vaca Díaz had the support of the largest parties in Congress but was unacceptable to the Indians and, under pressure from the leaders of the armed forces and the Catholic Church, he declined the task. So too did Mario Cossio, the second constitutional choice. It fell to the



third in line, Eduardo Rodríguez, president of the Supreme Court and a man without political affiliation, to take up the challenge. Fresh elections will be held before the end of the year, and Morales's demand for a constituent assembly is on the agenda.

If Morales eventually emerges as Bolivia's elected president, the relation of forces in the countries of the Andes will be changed, since comparable indigenous movements in neighbouring countries are also demanding their proper share of power.

A . TEXTUAL EXERCISES

(2 marks per correct answer)

a) Fill in the **three** gaps in the text above with an appropriate word or phrase.

I. "This predictable disaster brought hundreds of thousands of workless but highly politicised families to live at the gates of the capital city, from where they have been able to hold it to **ransom** at will."

II. "The shell of the state company, YPF, still exists, and most Bolivians remain implacably **hostile** to foreign ownership, but private oil companies have kept coming back."

III. "When immense reserves of natural gas were discovered in the 1990s, some 50 trillion cubic feet at the last estimate, Bolivia became ever more attractive to external predators, its reserves second **second** to those of Venezuela."

b) Choose the **most appropriate** substitute for the words or phrases underlined:

I. Stop-gap: "... the resignation of the stop-gap president ..."

- (1) replacement
- (2) dithering
- (3) transient
- (4) **interim**
- (5) filler

II. Shell: "The shell of the state company, YPF, still exists..."

- (1) core
- (2) **husk**
- (3) wealth
- (4) trappings
- (5) wherewithal

B- SUMMARY:

Camilo Licks Rostand Prates (13,5/15)

The text discusses the recent crisis in Bolivia. Neo-liberal reforms in the country have caused thousands of unemployed Indians to migrate to the Chapare regions and to El Alto, on the outskirts of the capital, La Paz. These populations have organised large scale political



demonstrations in the capital, demanding a more representative constitution and the nationalisation of oil and gas reserves, which have been exploited by private companies increasingly since the 1990s.

A socialist Aymara Indian, Evo Morales, has become the most important political figure on the demonstrators' side. He is supported by the indigenous population and has demonstrated affinity with Cuba's Castro and Venezuela's Chavez. Since the overthrow of President Losada in 2003, the demonstrations have brought about the resignation of three other presidents, including a representative of the country's white landowners, who demand autonomy and oppose the Indian movement. The presidency is currently in the hands of Eduardo Rodriguez, but elections have been scheduled. A victory by Evo Morales may affect neighbouring countries, where similar Indian movements are taking place.

3 – COMPOSITION (Total 45 marks)

Read the following editorial from the *Washington Post*, 20th March, 2005, and in the light of it and of the text by Richard Gott in section 2, **comment on the geopolitical, social, and economic issues raised as they affect South American integration.**

A Threat to Latin Democracy

Another Latin American democracy is on the verge of crumbling under pressure from leftist populism. The trouble comes this time in Bolivia, where a democratic president and Congress face a paralyzing mix of strikes and roadblocks by a radical movement opposed to foreign investment and free-market capitalism. The insurgents, who claim to represent the country's indigenous population, drove one democratically elected president from office 18 months ago; now they are working on his successor, Carlos Mesa, who has searched valiantly but unsuccessfully for compromise. The populists ride a leftist wave of momentum in Latin America and have the rhetorical, and possibly material, support of the region's self-styled "Bolivarian" revolutionary, Venezuelan President Hugo Chavez. The democrats could use some outside help, from their neighbors and the United States.

Accounts of political crises in Andean countries such as Bolivia sometimes portray a poor and disenfranchised indigenous majority pitted against an ethnically European and mestizo elite. The facts tell a different story in Bolivia. Mr. Mesa, polls show, has the support of two-thirds of his compatriots, while the party leading the protests, the Movement Toward Socialism, has never received more than 21 percent of the vote in an election. Nor is it the case that Bolivia's experiment with free-market policies in the 1990s failed to help the poor. Per capita incomes rose by 20 percent in the second half of the decade. Thanks to private foreign investment, significantly more Bolivians gained access to water, sewage systems and electricity.

The populist minority, led by former coca farmer Evo Morales, is bent on using force to reverse that progress. Already it has effectively blocked natural gas exports to the United States. Its current strikes are aimed at stopping further foreign investment in that industry through confiscatory taxes and reversing the privatization of other industries. Mr. Mesa, swearing off the use of force to break up the roadblocks, has countered with democratic political tactics: first a national referendum on a compromise gas policy, then an accord with



Congress on political and economic reforms. Last week, in desperation, he proposed that his own term as president be cut short and new elections be held in August; Congress rejected the proposal, and Mr. Mesa later announced he would stay on. But the opposition still threatens to renew a blockade that is devastating one of the hemisphere's poorest economies and prompting talk of secession in Bolivia's relatively prosperous and pro-capitalist eastern provinces.

All of this is good news for Mr. Chavez, who along with Cuba's Fidel Castro dreams of a new bloc of Latin "socialist" (i.e., undemocratic) regimes that will join with like-minded states such as Iran, Libya and China to oppose the United States. Bolivia's neighbors, including Brazil, Argentina and Chile, ought to be alarmed by this trend; but though their own leftist governments have expressed support for Mr. Mesa they have refrained from more concerted action -- such as demanding that Mr. Chavez cease his meddling. The State Department issued a statement last week expressing "support for the people of Bolivia and a peaceful democratic process." If there is a deeper U.S. policy to head off the breakdown of democracy in Latin America, there isn't much sign of it.

Thomaz Diniz Guedes (43 / 45)

During most of the second half of the twentieth century, South American countries kept on with the expectation that their loyalty to the United States through the Cold War period would eventually be rewarded. The prize, however, never came, unless the active support or vehement defense of autocratic regimes in the region was the kind of compensation envisaged by American leaders.

According to the views expressed in many books and articles by the Brazilian historian of international relations Moniz Bandeira, the main concern of the United States policy towards the subcontinent has always been to prevent the emergence of any alternative to its own hegemony over the region. Thus, the rivalry between Argentina and Brazil has often been stimulated, along with actions designed to create a balance between the two countries and also to prevent their possible alliance.

One of the most important reasons for the historical delay of South American integration is that the projects could not be carried on in a non-democratic environment. Dictatorships such as those which prevailed in South America tend to be impervious to popular demands and to create false antagonisms with neighbouring States, as one of the means to justify the regimes.

Some foreign observers of the current Bolivian crisis condemn the threats to democracy for the simple reason it threatens also their own countries' opportunities for profit in Bolivia. But profit is not necessarily the only concern regarding the institutional crises experienced by several South American countries during the past decade.

A society submitted to conditions of extreme poverty and extensive use of violence will inevitably become clustered, closed into itself and resistant to agreements with foreign nations.

The decision-making process inherent to autocratic regimes compromises the plans for South American integration. Inasmuch as they represent threats to democracy, the social and economical crises currently taking place in South American countries should be regarded as a matter of extreme relevance by any country committed to the integration process. Therefore, collective action must be taken by other countries, respecting the limits posed by national sovereignty, in order to prevent shifts to dictatorship.

*



Exemplos de temas para redação em anos anteriores:

2004

Read the following text on Diplomacy and Democracy and, in the light of it and any of the ideas raised in the texts in Parts 1 & 2 above, **assess the benefits and drawbacks of public diplomacy (in which media exposure enhances the emotional dimension) as compared with diplomacy as a rational, technical activity entrusted to specialists.**

Alexis de Tocqueville wrote as follows in his classic 1835 book **Democracy in America**, defining a problem of democratic governance that is as old as the Greeks: "Foreign politics demand scarcely any of those qualities which are peculiar to a democracy; they require, on the contrary, the perfect use of almost all those in which it is deficient. A democracy can only with great difficulty regulate the details of an important undertaking, persevere in a fixed design, and work out its execution in spite of serious obstacles. It cannot combine its measures with secrecy or await their consequences with patience."

The problem Tocqueville examined then has become far more acute now. Public awareness has increased and the media are far more intrusive. But neither has kept pace with the growing complexity of foreign policy issues. No country can or should, for instance, join the World Trade Organisation (WTO) without the people's support. How few of them, though, know or can know enough to form an opinion on the issue?

The dilemma persists because it is inherent in a democracy — the volatility and power of public opinion and the weaknesses of democratic leadership. Not seldom, the preference of the majority is at odds with the requirements of sound policy, domestic or foreign. Not seldom an issue of foreign policy arouses the people from the slumber that is the norm, to shake them with paroxysms of moral outrage. Few are the leaders who have the moral fibre, the political skill and the intellectual muscle required to explain such realities to them. Having ignored the rumblings, most opt for mere survival when the crisis bursts into the open.

Hans J. Morgenthau traces the dilemma to its roots — the statesman, as distinct from the common politician, has to reckon with considerations which the populace cannot grasp. "The statesman must think in terms of the national interest, conceived as power among other powers. The popular mind reasons in the simple moralistic and legalistic terms of absolute good and absolute evil. The statesman must take the long view, proceeding slowly and by detours, paying with small losses for great advantages; he must be able to temporise, to compromise, to bide his time. The popular mind wants quick results; it will sacrifice tomorrow's real benefit for today's apparent advantage. By a psychological paradox, the most vociferous and compromising representatives of what is least conducive to the successful conduct of foreign policy are generally politicians who in their own constituencies would not dream of acting the way they expect the framers of foreign policy to act... The daily routine of their political lives is devoid of those moral and intellectual qualities which they really admire, which to the public they pretend to possess, and which they wish they were able to practise... they make foreign policy over into a sort of fairy-land where virtue triumphs and vice is punished, where heroes fight for principle without thought of consequence, and where the knight in shining armour comes to the succour of the ravished nation, taking the villain's life even though he might in the process lose his own."

Leaders have four options. One is simply to sail with the wind of public opinion and treat public opinion polls as the supreme guide. The second is to educate public opinion in



the realities of the times. A British diplomat, Lord Vansittart, sharply defined this age-old problem: "How to induce the unwilling to accept the unavoidable."

The third option is to mislead and corrupt public opinion — and cite the result in defence of the official stand. The leader whips up the people to a frenzy of chauvinism and defends his intransigence as obedience to the people's will.

The last option is to practise deception.

(Adapted from A.G. Noorani's "Of diplomacy and democracy." Frontline, v. 18 - Issue 23, Nov. 10 - 23, 2001.)

2003/2

Read the following text on Leonardo da Vinci and, in the light of it and any of the ideas broached in the texts in Sections 1 & 2 above, **discuss the uses of art and technology and their relation to ethics in the current diplomatic scenario.**

Ever the perfectionist, Leonardo turned to science in the quest to improve his artwork. His study of nature and anatomy emerged in his stunningly realistic paintings, and his dissections of the human body paved the way for remarkably accurate figures. He was the first artist to study the physical proportions of men, women and children and to use these studies to determine the "ideal" human figure. Unlike many of his contemporaries — Michelangelo for example — he didn't get carried away and paint ludicrously muscular bodies, which he referred to as "bags of nuts."

All in all, Leonardo believed that the artist must know not just the rules of perspective, but all the laws of nature. The eye, he believed, was the perfect instrument for learning these laws, and the artist the perfect person to illustrate them.

Leonardo the scientist bridged the gap between the shockingly unscientific medieval methods and our own trusty modern approach. His experiments in anatomy and the study of fluids, for example, absolutely blew away the accomplishments of his predecessors. Beginning with his first stay in Milan and gathering pace around 1505, Leonardo became more and more wrapped up in his scientific investigations. The sheer range of topics that came under his inquiry is staggering: anatomy, zoology, botany, geology, optics, aerodynamics and hydrodynamics, among others.

As his curiosity took him in ever wilder directions, Leonardo always used this method of scientific inquiry: close observation, repeated testing of the observation, precise illustration of the subject, object or phenomenon with brief explanatory notes. The result was volumes of remarkable notes on an amazing variety of topics, from the nature of the sun, moon and stars to the formation of fossils and, perhaps most notably, the mysteries of flight.

Artists have always found it difficult to make a living off their art. And even a master like Leonardo was forced to sell out in order to support himself. So he adapted his drawing skills to the more lucrative fields of architecture, military engineering, canal building and weapons design. Although a peacenik at heart, Leonardo landed a job working for the Duke of Milan by calling himself a military engineer and outlining some of his sinister ideas for weapons and fortifications. Like many art school types in search of a salary, he only briefly mentioned to the Duke that he could paint as well.

Lucky for Leonardo, he was actually really talented as an engineer. Good illustrators were a dime a dozen in Renaissance Italy, but Leonardo had the brains and the diligence to break new ground, usually leaving his contemporaries in the dust. Like many crackpot geniuses, Leonardo wanted to create "new machines" for a "new world."

(Adapted from texts at <<http://www.mos.org/leonardo>>)



2003/1

Taking into account the texts comprising this exam, read the following excerpt from Kenan Malik's "Genes, culture and human freedom" and then **discuss the tension between human culture and nature.**

When a beaver builds a dam, it doesn't ask itself why it does so, or whether there is a better way of doing it. When a swallow flies south, it doesn't wonder why it is hotter in Africa or what would happen if it flew still further south. Humans do ask themselves these and many other kinds of questions – questions that have no relevance, indeed make little sense, in the context of evolved needs and goals.

What marks out humans is our capacity to go beyond our naturally defined goals – such as the need to find food, shelter or a mate – and to establish human-created goals. Our evolutionary heritage certainly shapes the way that humans approach the world. But it does not limit it.

Similarly, our cultural heritage influences the ways in which we think about the world and the kinds of questions we ask of it, but it does not imprison them. If membership of a particular culture absolutely shaped our worldview, then historical change would never be possible.

If the people of medieval Europe had been totally determined by the worldview sustained by medieval European culture, it would not have been possible for that society to have become anything different. It would not have been possible, for instance, to have developed new ideas about individualism and materialism, or to have created new forms of technology and new political institutions.

Human beings are not automata who simply respond blindly to whatever culture in which they find themselves, any more than they are automata that blindly respond to their evolutionary heritage. There is a tension between the way a culture shapes individuals within its purview and the way that those individuals respond to that culture, just as there is a tension between the way natural selection shapes the way that humans think about the world and the way that humans respond to our natural heritage. This tension allows people to think critically and imaginatively, and to look beyond a particular culture's horizons.

In the six million years since the human and chimpanzee lines first diverged on either side of Africa's Great Rift Valley, the behaviour and lifestyles of chimpanzees have barely changed. Human behaviour and lifestyles clearly have. Humans have learned to learn from previous generations, to improve upon their work, and to establish a momentum to human life and culture that has taken us from cave art to quantum physics – and to the unravelling of the genome. It is this capacity for constant innovation that distinguishes humans from all other animals.

All animals have an evolutionary past. Only humans make history. The historical, transformative quality of being human is why the so-called nature-nurture debate, while creating considerable friction, has thrown little light on what it means to be human. To understand human freedom we need to understand not so much whether we are creatures of nature or nurture, but how, despite being shaped by both nature and nurture, we are also able to transcend both.

(Kenan Malik is author of *Man, Beast and Zombie: What Science Can and Cannot Tell Us About Human Nature*, Weidenfield and Nicolson, 2000.)



2002

Read the following excerpt adapted from Ana Viseu’s “An assessment of McLuhan’s prediction that electronic technologies would lead us back to an oral culture” and, in the light of it and the text by Aidan Mathews in Section 1, comment critically on the role of language and visual imagery in modern electronic culture.

“It is a fact that electronic digital technologies lack a sense of linearity. In fact, they are based on a non-linearity that tends to facilitate a more associative way of organizing information, e.g., hypertext. It is also true that new technologies tend to be global and not focused — that is, they influence more than one sense. A good example of this is the acoustic virtual environments which are much stronger than a visual experience. A visual experience tacitly distances you, places you in a transcendent, removed position, rather than embodying you at the center of a new context. This implies not only that digital technologies offer the possibility of creating new global spaces by using sound, but also that the perspective from the user’s point of view changes. She/he is no longer a mere observer in a detached position, but rather she/he actively constructs this space.

Marshall McLuhan was right in predicting that the change from mechanic technologies to electronic, digital technologies would create a new culture that more resembles ancient oral cultures than the recent visual, print culture.”

2001

In the light of the following quotations, comment on the relations between economics, warfare, and the forging of the modern state.

What a country calls its vital economic interests are not the things which enable its citizens to live, but the things which enable it to make war.

(*Simone Weil in: W.H. Auden, A Certain World. 1971*)

Think of political economy as an historical process rather than some kind of established model. It begins – and this is often forgotten – with war, the father of all things. It was war, time and again pushing up the expenses of governments, that fostered the development of modern systems of taxation. For most of history, men lived in warfare states, not welfare states.

Those who prefer their political history to be finance-free need to remember that it was in large measure the quest for taxation that led to the spread of representative government. ‘No taxation without representation’ was not just a slogan of the American Revolution; it accurately describes a historical process stretching back to medieval England, and indeed to ancient Athens. And as many states have sought to increase the taxation they exact, so they have found it hard to refuse a concomitant widening of political representation. A case in point was the great democratisation that occurred after the First World War, which can be understood as the political price for high wartime sacrifices.

Money does not make the world go round, but it establishes the framework – the cage, if you like – within which we live our lives. To understand this is not to be let out the cage. It does not even tell us who has the key. But at least it shows us where the bars are.

(Niall Ferguson, *The Cash Nexus*. Harmondsworth: Penguin, 2001)



2000

Discuss the following statement:

Developing countries have a fundamental choice. They can mimic the industrialised nations and go through an economic development phase that is dirty, wasteful and creates an enormous legacy of environmental pollution; or they can leapfrog and incorporate efficient, modern technologies.

(José Goldenberg, in *Guardian Weekly*, November 1999)

1999

Discuss the following statement in relation to the issue of state secrets and the role of the press.

“The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth.”

(Aldous Huxley)

1998

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization.

“The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures.”

(Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

*



FRANCÊS

A prova de Francês, com o valor máximo de 50 (cinquenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) sobre tema da atualidade. A leitura e as respostas serão em língua francesa.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Características da prova e critérios de avaliação

As questões terão valores diferenciados, de acordo com a complexidade da pergunta.

O critério de avaliação observará os seguintes itens:

- correção gramatical;
- compreensão textual;
- organização e desenvolvimento de idéias;
- qualidade da linguagem

Orientação para estudo

Tendo presente a natureza da prova, recomenda-se a leitura de jornais e revistas em Francês, como por exemplo: *Le Monde* www.lemonde.fr, *Libération* www.liberation.fr, *Le Figaro* <http://www.lefigaro.fr>, *L'Express* www.lexpress.fr, *Le Nouvel Observateur* www.nouvelobs.com e *Le Monde diplomatique* www.monde-diplomatique.fr.

Dicionários:

- unilíngües :

- **Le Petit Robert;**
- **Le Micro Robert;**
- **Le Petit Larousse.**

- bilíngües :

- BURTIN, Vinhole. **Dicionário de Português/Francês e Francês/Português**, Editora Globo.
- D'OLIM MAROTE. **Dicionário de Português/Francês e Francês/Português**, Editora Ática.

Gramáticas:

- GREGOIRE, Thievenaz. **La grammaire progressive du français, Niveau intermédiaire**, Paris, Cle International, 1995.



- BOULARES, Frerot. **La grammaire progressive du français, Niveau avancé**, Paris, Cle International, 1997.
- DELATOUR, Jenepin. **Nouvelle grammaire du français**, Cours de civilisation française de la SORBONNE, Editions HACHETTE LIVRE, 2004, Paris.

Sugere-se, ainda, consulta às seguintes páginas eletrônicas:

Site de estudo da língua e da civilização francesas: <http://www.espacefrancais.com/>

Curso de francês “on line” (204 lições gratuitas) <http://www.educaserve.com/premiere.php3>

Ministério das Relações Exteriores da França: www.france.diplomatie.fr

Embaixada da França no Brasil: <http://www.ambafrance.org.br>

*



ESPAÑHOL

A prova de Espanhol, com o valor máximo de 50 (cinquenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) sobre tema da atualidade. A leitura e as respostas serão em língua espanhola.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Características da prova e critérios de avaliação

As questões terão valores diferenciados, de acordo com a complexidade da pergunta.

O critério de avaliação observará os seguintes itens:

- correção gramatical;
- compreensão textual;
- organização e desenvolvimento de idéias;
- qualidade da linguagem

Orientação para estudo

Tendo presente a natureza da prova, recomenda-se a leitura de periódicos em Espanhol, como por exemplo: *El País* (www.elpais.es), *El Mundo* (www.elmundo.es), *La Nación* (www.lanacion.com.ar) e *Clarín* (www.clarin.com).

- Dicionários:

Diccionario de la lengua española. Real Academia de la Lengua Española, 23ª edición, Madrid, Espasa-Calpe, 2004. (www.rae.es)

Diccionario Salamanca de la Lengua Española. Dirección Editorial: Pilar Peña Pérez. Madrid, Santillana, 1996.

Señas: Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

Gramáticas:

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. **Conjugar es fácil en español de España y América.** Madrid, Edelsa, 1997.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Esbozo de una nueva gramática de la lengua española.** Madrid, Espasa-Calpe, 1996.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Ortografía de la lengua española.** Edición revisada por las Academias de la Lengua. Madrid, Espasa-Calpe, 1996.

SECO, Manuel. **Gramática esencial del español: introducción al estudio de la lengua.** Madrid, Espasa-Calpe, 2001.

SILVA, Cecília Fonseca da. **Los falsos amigos en español y portugués: interferencias léxicas.** Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2003.

_____ & SILVA, Luz María Pires da. **Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños.** Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2001.



HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. O período colonial. A Configuração Territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão.
2. O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
3. O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado.
4. A Regência (1831-1840). Centralização *versus* Descentralização: reformas institucionais. (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa.
5. O Segundo Reinado (1840–1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa : as relações com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas conseqüências.
6. A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a “política dos estados”; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o panamericanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo.
7. A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura.
8. A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os Estados Unidos; a Guerra Fria; a “Operação Panamericana”; a “política externa independente”; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
9. O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o “pragmatismo responsável”; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
10. O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.



Bibliografia sugerida:

- BOMFIM, Manoel. **A América Latina. Males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BOXER, Charles. **A Idade de Ouro do Brasil: as dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- CAMPOS, Flávio; Dohnnikoff, Miriam. **Manual do Candidato: História do Brasil**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.
- CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: DIFEL.
- _____. **A Segunda República**. São Paulo: DIFEL.
- _____. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: DIFEL. 1982.
- _____. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL. 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/Teatro de Sombras**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: editora da UnB, 2002.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo/Publifolha, 2001. 2 v.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2003.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003.
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.
- _____. **O Brasil Monárquico: do Império à República**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, v.7)
- IGLESIAS, Francisco. **Trajatória Política do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LINS, Álvaro. **Rio Branco (Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política**. São Paulo: Editora Alfas Ômega, 1996.



MONIZ BANDEIRA, L. A. **Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

SCHWARTZ, Liliam Moritz. **As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca dos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Prova de 2005

Questão 1

O Brasil, entre 1850 e 1875, exerceu hegemonia regional sobre a Bacia do Prata. Diplomacia, armas e empréstimos foram meios para garantir a livre navegação dos rios, o assegurar das fronteiras, a exploração das pastagens uruguaias e a contenção do expansionismo argentino. À luz desses fatores, faça o balanço histórico da aliança do Brasil à Argentina e ao Uruguai, entre 1864 e 1870, impondo derrota sobre o Paraguai. Avalie, em especial:

- a) As causalidades da formação da aliança contra o Paraguai;
- b) As conseqüências da Guerra para as relações argentino-brasileiras.

Fábio Meira de Oliveira Dias (20/20)

A questão da livre navegação na Bacia do Prata sempre foi importante para os portugueses e acabou deixando para o Brasil independente uma herança de conflitos na região.

Logo após a chegada de D. João VI ao Brasil, a incorporação da Província Cisplatina, região do atual Uruguai, demonstra a preocupação com a Bacia do Prata. Já antes disso, em 1750, com o Tratado de Madri, a respeito das fronteiras brasileiras, a região mostrou-se problemática em relação à colônia do Sacramento e ao território das Sete Missões. A independência do Paraguai e do Uruguai, posteriormente, não eliminou o potencial de conflito, como se confirmou mais tarde.

Durante muito tempo, até o Segundo Reinado, o Brasil manteve-se relativamente afastado da região, no que se costuma caracterizar como período de contemporização. Nesse tempo, a preocupação esteve voltada para assuntos internos, como a garantia da unidade territorial e a manutenção da ordem agrário-exportadora escravista. Somente por volta de 1850, já tendo deixado para trás problemas como as revoltas regenciais, o Brasil voltou a interferir ativamente na Bacia do Prata.

O Paraguai, até por não possuir saída marítima, foi-se inclinando para um modelo de desenvolvimento diferente dos demais países da região. Aos poucos, o projeto paraguaio autárquico começou a se chocar com diversos interesses, como o dos ingleses, por exemplo, em busca de mercados em que pudessem atuar livremente. Essa tendência autárquica paraguaia, já sentida no governo de Carlos Solano Lopez, foi acentuada e fortaleceu-se no governo de seu filho, Franciso Solano Lopez.



A situação intensificou-se com a intervenção brasileira no Uruguai, a favor do governo colorado de Venâncio Flores. A Região Sul do Brasil sempre foi particularmente sensível para o Império, e o medo do projeto de Lopez do Paraguai Maior e da reivindicação de territórios em uma eventual busca de saída para o mar levou o Brasil a articular-se, a fim de formar uma aliança que isolasse o Paraguai.

Quando o Paraguai avançou pela fronteira brasileira, teve início o conflito. A Argentina, que poderia apoiá-lo, também teve seu território invadido, o que possibilitou a articulação entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina na Tríplice Aliança contra o Paraguai.

As relações entre o Brasil e a Inglaterra estavam cortadas no momento da deflagração da guerra (Questão Christie), mas esta não desagradou aos ingleses. Pelo contrário, a possibilidade de vender armamentos para o conflito e a preferência por manter a livre navegação na Bacia, que poderia ser ameaçada com o domínio da região por apenas um país ou dois, são fatores que levaram os ingleses a não tentar evitar a guerra de todo.

A guerra e seu término, em 1870, tiveram profundo impacto na região. As rivalidades entre o Brasil e a Argentina fizeram com que o exército brasileiro mantivesse a ocupação até 1876. O Paraguai foi severamente destruído, com abalo significativo inclusive na sua população. No Brasil, o fortalecimento do exército e a participação de escravos no conflito somaram-se a outros fatores internos para contribuir decisivamente para a queda do Império e a abolição. As rivalidades com a Argentina continuaram e a aproximação do Brasil com os demais países da região permaneceu sendo vista com desconfiança pelos argentinos

Questão 2

Uma constante que atravessa a história política brasileira, do século XIX ao século XX, e que se arrasta desde a independência e o surgimento do Estado nacional é a fraca coesão ideológica dos partidos políticos. Quase sempre desprovidos de identidade e apoiados por legislação eleitoral facilitadora de fraudes e conchavos, esses partidos assistem, na longa duração histórica, à baixa representatividade dos eleitos. Nesse contexto, analise o quadro político-partidário de todo o Segundo Reinado (1840-1889), avaliando, em especial:

- a) As congruências e divergências entre liberais e conservadores;
- b) A emergência dos movimentos republicanos e seu impacto na estrutura político-partidária do final do Império.

Bianca Xavier Abreu (20/20)

Após a Independência em 1822 e com o estabelecimento da Assembléia Constitutiva, definem-se claramente duas tendências políticas no País: o grupo dos brasileiros e aquele dos portugueses. Não se tratava ainda de verdadeiros partidos políticos, denominação que se criou com maior consistência na participação política e maior definição de interesses ao longo dos anos do período imperial. A abdicação de D. Pedro I em 1831 leva à separação política de liberais exaltados e moderados que, após a Regência, agrupar-se-iam em liberais e conservadores.

A Regência é o período em que os contrastes partidários encontram-se mais claros, especialmente após a renúncia do Regente Feijó. De 1831 a 1837, configurou-se um período de ação liberal, um movimento que uniu a maioria dos políticos contra o despotismo (pelo qual D. Pedro I havia sido forçado a abdicar), em favor de maior autonomia provincial, e que culminou com a criação do Ato Adicional de 1834, uma espécie de emenda à



Constituição outorgada em 1824. No entanto, essa ação liberal foi logo freada por um regresso conservador, pois a ampliação da participação política das Assembleias Legislativas estendeu o conflito político às províncias e gerou uma série de revoltas, como a Balaiada, a Sabinada, a Revolução Farroupilha ou a Praiera. Os políticos liberais, que faziam parte da elite latifundiária, perceberam que a participação popular desses movimentos poderia ameaçar suas propriedades e o regime de escravidão. Assim, os interesses financeiros comuns, além de semelhanças de formação social e intelectual, uniram as elites brasileiras, que superaram suas diferenças ideológicas. O regresso conservador culminou com a antecipação da maioria do Imperador D. Pedro II, articulada pelos próprios liberais em 1840. O pacto entre ambos os partidos intensificar-se-ia nos gabinetes da Conciliação.

No começo do Segundo Reinado, ainda se podia verificar um grau mais elevado de “fidelidade partidária”, pois a prática das “derrubadas” pelo Poder Moderador retirava a totalidade dos gabinetes de seus cargos e permitia sua substituição pelo outro partido. A coesão entre os partidos também era observada na agressividade das disputas eleitorais que opunha claramente os dois partidos. A legislação eleitoral era fraca e possibilitava fraudes, a exemplo das “eleições do cacete”, violenta forma de manipulação que os liberais utilizaram para se manter no poder. Contudo, a formação de gabinetes mistos durante a fase da Conciliação acabou com a coesão partidária e uniu as elites de tal forma que, dizia-se, não havia “nada mais parecido a um conservador que um liberal no poder”. Ademais, a baixa representatividade dos eleitos, decorrência de um sistema de voto censitário, também contribuía para a indefinição social e ideológica dos políticos.

Tal quadro político-partidário modificou-se por volta de 1870, com o surgimento dos movimentos republicanos. Essa nova corrente ideológica ganhou força com a substituição das elites por novas gerações. Não pesava mais tanto a união política pela unidade territorial da época das revoltas provinciais; a importância do café para a economia nacional havia impulsionado novos grupos no poder, que desejavam reduzir o poder central do Rio de Janeiro e tinham reivindicações federalistas, como a de redução de impostos. O republicanismo também havia se tornado mais influente após a Guerra do Paraguai, pois os militares, cuja participação política era crescente, o haviam adotado após a convivência com as tropas republicanas argentinas e uruguaias. O Republicanismo não era mais uma mera ameaça, como havia sido recorrentemente usado nas reivindicações provinciais, de forma pouco consistente.

Por isso, a emergência de tal ideologia política levou, inevitavelmente, ao fim do Império. Tentou-se uma reforma monárquica para incluir elementos federalistas na Constituição, mas em vão. A República foi finalmente proclamada em 1889, após quase um século de contraste entre o Brasil imperial e seus vizinhos latino-americanos, republicanos desde os anos 1820.

Questão 3

Leia o texto abaixo, relativo à contribuição do Barão do Rio Branco à diplomacia brasileira.

“Um dos diplomatas a quem mais favoreceu disse dele que não era um bom administrador. Não se descarte que tivesse razão. Mas não fazia falta que o fosse. Bastava-lhe ser um grande Ministro do Exterior, com faro único do momento, das perspectivas e das possibilidades de ação e reação. Não mudou métodos burocráticos de trabalho, nem creio que



se preocupasse com isso. O que ele mudou foi o comportamento da diplomacia brasileira, o tom da sua voz, o modo de apresentar seus argumentos. Deu-lhe confiança. Alterou a posição do país no hemisfério e no mundo. E a imagem que de sua pátria tinham os brasileiros.”

Alberto da Costa e Silva, “O Barão do Rio Branco e a modernização do Brasil” in Cardim, Carlos H. & Almino, João. *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Brasília: FUNAG/IPRI/IRBr, 2002, p. 288.

Com base no texto, faça um balanço dos novos comportamentos da diplomacia brasileira instaurados pelo Barão do Rio Branco.

Pedro Aurélio Fiorencio Cabral de Andrade (20/20)

A política externa praticada pelo Barão do Rio Branco marcou mudanças significativas tanto em relação à política imperial quanto em relação à dos primeiros governos republicanos. As mudanças de maior profundidade são, grosso modo, a relação com os vizinhos e, principalmente, o deslocamento do eixo diplomático do Brasil, da Europa para os Estados Unidos.

Durante o Império, a política externa tinha caráter marcadamente europeísta, o que se justificava pelos vínculos mantidos pela Coroa com o Velho Continente. A Proclamação da República representou guinada radical: a adesão às propostas norte-americanas, já visível na Conferência de Washington de 1889, era vista como decorrência natural do republicanismo.

Com Rio Branco, todavia, essa orientação de cunho ideológico ganha caráter marcadamente realista. O chanceler partia da análise do cenário internacional dominado pelo imperialismo, no qual apenas a força garantiria a soberania das nações. Diante disso, seria útil estabelecer relação especial com os Estados Unidos, potência emergente nas Américas, o que ajudaria o Brasil a resistir a eventuais pressões européias. Tal relação também daria força ao Brasil nas relações com os vizinhos, as quais preocupavam o Barão, pela singularidade do Brasil perante o conjunto das nações hispano-americanas. O fato de os EUA também serem singulares favorecia tal aliança.

O intuito do Barão do Rio Branco ao se aproximar dos EUA era garantir a plena soberania brasileira e a preeminência do país na América do Sul. Não havia, pois, sacrifício da soberania, o que fica evidente quando se nota que a aliança com os EUA ocorreria apenas se fosse possível. No final de sua chancelaria, Rio Branco chegou a afirmar que entre EUA e Brasil deveria haver competição: a “nobre emulação”. O projeto do Pacto ABC, com Argentina e Chile, resulta dessa visão.

Entre as medidas que evidenciam o apoio brasileiro aos EUA está a contestação da Doutrina Drago, que rejeitava o uso da força na cobrança de dívidas estatais. Rio Branco rejeitou tal tese, a qual fora suscitada contra o incidente das canhoneiras européias que bloquearam a Venezuela, atitude avalizada pelos EUA. Para o chanceler brasileiro, os países americanos deveriam cumprir suas obrigações. Além disso, ele via no aval americano o reconhecimento de que os EUA eram a potência regional, que seria consultada pelos europeus. Por isso, o Brasil aderiu à revisão do monroísmo de Theodore Roosevelt: tal doutrina serviria como proteção contra ingerências européias e foi invocada no incidente



com a canhoneira alemã Panther e nas negociações com o Bolivian Syndicate, quando da questão do Acre.

Quanto à relação com os países vizinhos, estas seriam caracterizadas pela solução pacífica dos conflitos de limites e pela competição com a Argentina pela liderança regional. Os limites com os vizinhos foram, em sua maioria, resolvidos por meio de tratados bilaterais, com aplicação da doutrina tradicional do *uti possidetis* e do uso dos mapas coloniais. A exceção é a aquisição do Acre da Bolívia, situação em que a doutrina não beneficiaria o Brasil, razão por que foi paga indenização pelo território, já ocupado por brasileiros e que fora concedido a consórcio estrangeiro: o Bolivian Syndicate.

Já as relações com a Argentina foram marcadas por atritos, notadamente por conta do rearmamento da Marinha brasileira, defendido pelo Barão do Rio Branco, mas rejeitado pela Argentina, que via na medida desígnios imperialistas do Brasil. A disputa pela liderança regional se baseava na tentativa de se aproximar dos EUA, os quais tendiam a apoiar o Brasil. Isso fica claro diante da instalação da primeira embaixada norte-americana na América do Sul no Brasil. A oposição à Doutrina Drago também foi causa de atrito.

Esse cenário de rivalidade começa a mudar no final da chancelaria de Rio Branco, com o já citado Pacto ABC, que sinalizava a intenção de reaproximar Brasil e Argentina. Havia ainda a intenção de formar contrapeso aos EUA, o que não se concretizou.

Questão 4

Getúlio Vargas, que no espectro social representava mais que a burguesia industrial, entendia, no entanto, que essa burguesia seria essencial para a instalação de um certo capitalismo humanizado no Brasil. Viu, nesse sentido, mais complementaridade que antagonismo entre os interesses nacionais e o capital estrangeiro. Para Vargas, desde que bem administrado e disciplinado, o capital vindo de fora seria um importante apoio ao desenvolvimento nacional.

Com base nessas visões, enumere duas iniciativas e/ou exemplos em torno dos quais se comprovaria o esforço de construção, na Era Vargas, dessa via associada de capitalismo brasileiro.

Daniella Poppius Brichta (18/20)

O primeiro exemplo da via associada de capitalismo foi a construção, com capital norte-americano, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1942. Para Vargas, a implantação de uma siderúrgica brasileira tornaria o país mais independente das importações, em uma época em que o Brasil exportava basicamente produtos primários e carecia de divisas, viabilizando-se assim a implantação de uma indústria de base no país. Cabe ressaltar que a liberação de fundos norte-americanos (via Eximbank) para a construção da CSN foi fruto da política de “equidistância pragmática” (Gerson Moura) do Brasil em relação aos EUA e à Alemanha. A política pendular de Getúlio, que ora inclinava-se para os Aliados ora para o Eixo, espelhava as próprias divisões ideológicas da cúpula do Estado Novo, mas acabou por servir como eficiente instrumento de barganha. Aos EUA interessavam manter o maior país da América do Sul em seu subsistema de poder, garantir o fornecimento de minerais estratégicos e montar uma base militar no saliente nordestino, de importância fundamental na guerra do norte da África. Em contrapartida, o Brasil recebeu o financiamento para a construção da CSN.

Outro exemplo da opção varguista pela via associada seria o Acordo Militar de Assistência Recíproca, firmado com os EUA em 1952 (e denunciado em 1977 no contexto das



críticas do governo Carter à política de direitos humanos brasileira) em meio à calorosa polêmica entre “nacionalistas” e “entreguistas”, que dividiu as Forças Armadas durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954). Para os “nacionalistas”, da industrialização brasileira poderiam participar capitais estrangeiros, desde que os setores sensíveis ficassem a cargo do capital nacional, de preferência público. Os “entreguistas” – assim chamados por seus adversários, que os acusavam de querer “entregar” a economia nacional nas mãos de estrangeiros – eram a favor de uma industrialização baseada no capital estrangeiro, corporificado nas multinacionais.

O Acordo Militar de 1952 previa, em troca da ajuda econômica norte-americana ao Brasil, o fornecimento aos EUA de matérias-primas estratégicas e o apoio militar brasileiro à segurança do continente. Desnecessário dizer que o Acordo desagradou profundamente o segmento “nacionalista”, tendo sido também, em parte, responsável pela perda de legitimidade do governo Vargas.

Questão 5

Analise o texto abaixo para responder à questão:

“A América do Sul corresponde ao espaço natural de afirmação dos interesses brasileiros. A diplomacia planeja agregar a este espaço países chaves do Atlântico africano. Com o conjunto, espera-se compor uma plataforma econômica e política, na qual a Argentina exerce papel estratégico como sócio privilegiado e o Mercosul como motor.”

Amado L. Cervo, “A política exterior: de Cardoso a Lula”, Revista Brasileira de Política Internacional, 46(1), 2003, p. 9.

Com base no texto, discuta:

- a) O peso histórico da América do Sul, no século XX, como uma área relevante da política externa do Brasil;
- b) Os momentos de aproximação e equidistância entre o Brasil e a Argentina na segunda metade do século XX.

Henri Yves Pinal Carrières (18/20)

a) No decorrer do século XX, a América do Sul concentrou parcela expressiva da atenção e dos esforços da diplomacia brasileira. As primeiras décadas do século foram particularmente tensas, embora o Brasil não se tenha envolvido em nenhum conflito militar. Momento delicado, em especial, o país viveu durante a Guerra do Chaco (1929-1932), que opôs Paraguai e Bolívia. O interesse argentino no Chaco – onde, suspeitava-se, haveria petróleo – incentivou este país a contestar a soberania paraguaia sobre ele. O Brasil se opôs, e o Chaco continuou a pertencer ao Paraguai.

A atuação brasileira não raro causava ressentimento em seus vizinhos. Da Bolívia, por exemplo, partia a crítica freqüente de que perdera o Acre num arroubo imperialista do vizinho gigante. O Chile, por sua vez, rival histórico da Argentina, via com apreensão as tentativas brasileiras de aproximação deste país.



Após a 2ª Guerra Mundial, a conduta diplomática brasileira foi marcada pela crítica aos atentados contra a soberania feitos em nome da “segurança continental”. Com a Operação Panamericana, Kubitschek reformulou em termos políticos aquilo que a CEPAL dissera em termos técnicos. Segundo o presidente brasileiro, a estabilidade política da América do Sul dependia da superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Essa concepção foi bem acolhida pelos EUA do presidente Kennedy, que lançou a Aliança para o Progresso, enfatizando a necessidade de combinar legalismo político e desenvolvimento econômico.

No entanto, o desenrolar dos acontecimentos mostrou as contradições da doutrina americana e a dificuldade de um país como o Brasil sustentar posições totalmente autônomas. A Política Externa Independente de Quadros-Goulart rechaçou com veemência uma intervenção no recém-instaurado regime castrista (1959), bem como à instrumentalização da OEA pelos EUA. Em face disso, os americanos buscaram o entendimento com os setores militares dos países sul-americanos. A partir de 1964, é o Brasil que manterá contatos com as ditaduras vizinhas, a fim de aperfeiçoar a repressão política. Desde a redemocratização, porém, a ênfase tem sido no aprofundamento das relações econômicas e políticas, respeitando-se os valores democráticos.

b) Ao fim da 2ª Guerra Mundial, as relações entre o Brasil e a Argentina são tensas. Fala-se mesmo em guerra: convinha aos americanos que os brasileiros destruíssem os focos de simpatia pelo nazifascismo na Argentina. Por outro lado, pesam suspeitas sobre o filocomunismo de Perón, que, no entanto, chegou a afirmar que, num conflito entre EUA e União Soviética, colocar-se-ia ao lado da primeira potência. Com Vargas no poder (1950-1954), os dois países ensaiam uma conciliação, logo abortada pela turbulência política lá e cá.

Durante seus respectivos regimes militares, ambos atravessam uma falta de sincronia entre seus ideais. O governo dos militares argentinos decide tornar-se aliado incondicional dos EUA. O Brasil, ao contrário, aspira à condição de potência, mantendo relação mais ativa com os americanos.

No início da década de 80, com as ditaduras nos dois países chegando ao fim, um episódio trágico dá ensejo à reaproximação: a Guerra das Malvinas (1982). Os argentinos esperavam contar com o apoio dos EUA, que contudo absteve-se de participar do conflito. Dos brasileiros, no entanto, os argentinos obtiveram auxílio. A posição oficial nossa era de neutralidade, mas Moniz Bandeira assevera que ela foi “imperfeita”.

A partir de 1985, os presidentes de Brasil e Argentina (José Sarney e Raúl Alfonsín, respectivamente) deram um primeiro passo no sentido de uma aproximação que, na década seguinte, constituiria o núcleo do Mercosul. Desde que ocorreu esse novo estreitamento de laços, as relações entre os dois países vêm adquirindo um perfil mais cooperativo que de rivalidade. É claro que tem havido altos e baixos nessa reaproximação, mas não há integração econômica inteiramente livre de percalços. Os argentinos, em particular, queixam-se da “invasão” de produtos brasileiros em seu mercado (os da chamada “linha branca”, por exemplo). De qualquer maneira, houve entre Argentina e Brasil, ao que tudo indica, uma tomada de consciência do potencial que terão, se unidos. Esta parece ser, até o momento, a conquista mais sólida obtida pelos dois.

*



GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1 - Conceitos e teorias da Geografia

- 1.1 - Espaço, território, região, lugar e paisagem: conceituação;
- 1.2 - Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: conceituação;
- 1.3 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza;
- 1.4 - O campo geográfico: divisões e interfaces.

2 - A formação territorial do Brasil

- 2.1 - Macrodivisão natural do espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação, hidrografia);
- 2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo de formação territorial;
- 2.3 - A cartografia e a definição das fronteiras no Brasil;
- 2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização;
- 2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil;
- 2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais;
- 2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3 - O Brasil no contexto geopolítico mundial

- 3.1 - O processo de mundialização da economia e a divisão internacional do trabalho: globalização e periferia na atualidade;
- 3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina;
- 3.3 - A globalização e a América do Sul na nova ordem política internacional;
- 3.4 - A questão ambiental no Brasil e os desafios do desenvolvimento sustentável;
- 3.5 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação;
- 3.6 - Perspectivas de integração nas bacias do rio da Prata e do rio Amazonas;
- 3.7 - Os fluxos e redes transnacionais e o território brasileiro.

4 - Temas de Geografia contemporânea

- 4.1 - Soberania, identidade nacional e multiculturalismo;
- 4.2 - Geografia da População: migrações e direitos humanos;
- 4.3 - Degradação ambiental e gestão de recursos naturais;
- 4.4 - Desigualdades sociais e padrões de consumo no mundo atual;
- 4.5 - Conflitos geopolíticos contemporâneos.

Bibliografia sugerida:

BENKO, George. **Economia, Espaço e Globalização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Bertha & EGLER, Claudio. **Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.



GREGORY, Derek et alli. **Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa (org.) **Patrimônio Natural Brasileiro**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro:Record, 2000.

_____ & SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil. Território e Sociedade no Limiar do Século XXI*. Rio de Janeiro:Record, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Continente em Chamas. Globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THÉRY, Hervé & MELLO, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: EDUSP, 2005.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha et alli. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 2.ed. São Paulo:Hucitec.1995.

CASTRO, Iná Elias et alli. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

LENCIONE, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**. São Paulo:Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1999.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Maria Adelia Aparecida (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

Prova de 2005

Questão 1

Estabeleça um quadro panorâmico e comparativo entre as potencialidades da hidroeletricidade e da termoeletricidade no Brasil.

Alvaro Augusto Guedes Galvani (20/20)

A definição de novas estratégias para o desenvolvimento econômico brasileiro passa, necessariamente, pelo debate sobre sua matriz energética. Destaca-se nessa agenda a avaliação de potencialidades da hidroeletricidade e termoeletricidade no país, tarefa que vai além de cálculos sobre a capacidade de oferta. Faz-se necessária uma análise histórica do



tema, bem como aspectos relacionados à demanda por energia no futuro e os riscos ambientais envolvidos.

Até o início do século XX predominava no Brasil o uso da lenha como fonte energética. Fez uso dela as primeiras instalações de geração de eletricidade, cuja tecnologia e capital vieram do exterior. A hidroeletricidade também chegou ao país a partir do capital externo e teve como palco pequenas geradoras instaladas no Estado de São Paulo. Foi a partir das décadas de 40 e 50 que o Brasil experimentou um salto no uso da hidroeletricidade.

O relevo brasileiro é marcado por planaltos e uma vasta rede hidrográfica. Em muitos pontos a declividade no curso dos rios permite a exploração da hidroeletricidade. A bacia do Rio Paraná, localizada na Região Concentrada (Sudeste e Sul) sofreu diversas intervenções humanas. Resta pouco potencial explorado. Ao longo do rio Tietê, diversas usinas foram instaladas. Ao Sul, Itaipu sozinha representa a geração de mais de 20% da energia elétrica usada no país. No Nordeste brasileiro, a bacia hidrográfica do rio São Francisco está próxima do limite de uso do potencial hidrelétrico. Sobradinho, e seu reservatório de imenso espelho d'água é exemplo de uso do território com obras de grande envergadura. Somente na região Norte, as bacias do Rio Amazonas e Parnaíba ainda possuem grande potencial de exploração. No curso Araguaia-Tocantins destaca-se a instalação da usina de Tucuruí, segunda maior do país.

Os imensos investimentos para a instalação de usinas hidrelétricas vieram do Estado, que se financiava por empréstimos internacionais. O objetivo era produzir energia em grandes quantidades e a baixo custo para servir a projetos industriais energo-intensivos, tal como o processamento de minérios. A geração teria de servir também a outras indústrias e consumidores de grandes cidades, o que exigia a instalação de uma ampla rede de transmissão.

Nesse período, o uso de termoelétricas ficou reservado a regiões distantes das grandes unidades geradoras. Exemplo disso são as cidades no interior da floresta amazônica, tal como Manaus. O uso da lenha foi substituído pela queima de óleo. O custo da instalação era relativamente baixo, mas o preço de energia na venda era mais caro.

A partir dos anos 80 dois fatores alteraram esse quadro. A crise fiscal do Estado brasileiro passou a impedir a obtenção de novos empréstimos. Além disso, guiando-se pelo salto tecnológico no mundo, o processo de industrialização no Brasil passou a perseguir indústrias ligadas à microeletrônica e telecomunicações, que não são energo-intensivas. Uma relativa paralisação nos investimentos em geração de energia levou o país à beira de uma crise fiscal no final dos anos 90. A opção por termoelétricas passou a ser interessante, dado seu menor custo de instalação e maior mobilidade para escolha do local das usinas, que poderia ser próximo aos grandes centros consumidores.

O desafio restava em qual o combustível para as termoelétricas. A fonte nuclear era de altíssimo custo e as poucas experiências brasileiras (Angra I e Angra II) apontam a necessidade de maior domínio da tecnologia. O carvão, já utilizado em termoelétricas em Santa Catarina, necessitava de importação para atender maior escala. O petróleo, commodity em que o Brasil busca auto-suficiência, exporia o país novamente às oscilações do preço internacional. A principal fonte energética para as termoelétricas deverá ser o Gás Natural, importado dos países vizinhos da América do Sul, com destaque para a Bolívia.

Todas as opções de termoeletricidade e hidroeletricidade geram impactos ambientais. Resíduos radioativos ou emissão de gás carbônico por um lado. Inundação de vastas áreas e desequilíbrios de ecossistemas locais por outro lado. De todas elas, a combustão de gás natural parece acarretar menos impacto.



O Brasil possui um potencial de hidroeletricidade na região norte do país, porém usinas teriam alto custo e estariam distantes dos grandes centros. As termoelétricas parecem mais viáveis para atrair capitais privados, atender a nova demanda (nos centros urbanos) e produzir limitado impacto ambiental.

Questão 2

Na Amazônia brasileira, chama a atenção o elevado índice de população “urbana” presente na região. Como se pode explicar tal fenômeno?

Igor de Carvalho Sobral (20/20)

Segundo Bertha Becker, analisando geopoliticamente a Amazônia na atualidade, a floresta amazônica pode ser considerada uma “floresta urbanizada”, uma vez que cerca de 61% da população da região amazônica vive em cidades. As causas deste elevado índice de população urbana são diversas.

Em primeiro lugar, atente-se para a estrutura fundiária da região amazônica. Essa estrutura apresenta-se bastante concentrada, o que acaba por “expulsar” para as cidades os migrantes e as populações ribeirinhas que vivem da agricultura familiar de subsistência. Uma das causas da concentração fundiária na Amazônia é o fato de a agricultura da região ser cada vez mais mecanizada, por exemplo em relação à soja e à exploração de madeira. Estas duas atividades, bem como a pecuária, estão provocando o deslocamento da população amazônica para a parte norte da região. Não por acaso as regiões Sul e Nordeste da Amazônia correspondem ao chamado “Arco do Desflorestamento”, que compreende os estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins (parte oriental), sul do Pará e parte ocidental do Maranhão.

Em segundo lugar, como decorrência da estrutura fundiária concentrada, estão as intensas disputas por terras na região amazônica, que fizeram como vítima a missionária americana Doroty Stang recentemente. Fazendeiros, grileiros, posseiros e seringueiros ganham espaço e força, em detrimento das populações de agricultura familiar, aumentando a concentração fundiária e a população urbana.

As terras da Amazônia estão distribuídas da seguinte forma: 22% de terras indígenas, 6% de Unidades de Conservação (mais que a média nacional de 2%), reservas extrativistas, áreas privadas e ainda quantidade considerável de terras públicas e devolutas, o que facilita a atuação de posseiros e grileiros e o uso político das terras. Muitas propriedades que pertenciam aos estados foram tomadas pela União. O estado que mais perdeu foi o Pará.

Em terceiro lugar estão as iniciativas governamentais (ou a falta delas), que durante anos não atenderam às demandas da população amazônica por projetos endógenos que levassem em conta as particularidades locais e a participação efetiva da população. Os projetos governamentais foram, em sua maioria, executados “top-down”, o que de certo modo ajudou na urbanização da floresta amazônica. Mas essa realidade enfrenta novas perspectivas em projetos recentes como o PAS, Programa Amazônia Sustentável, que prevê novas formas de financiamento para a infra-estrutura regional, inclusão social, contando com a participação de quinze ministérios.

A criação da Zona Franca de Manaus na década de 1960 pode ser considerada outro importante fator para a urbanização da população amazônica, ao atrair mão-de-obra para as indústrias então instaladas na região manauense ou manauara. Atualmente, entretanto,



verifica-se certa perda de hegemonia econômica das cidades de Manaus e Belém, dando lugar à importância crescente de cidades como Santarém e Marabá.

Devido a todos esses fatores, a região amazônica brasileira enfrenta os dois tipos de exclusão social: a de tipo antigo, mais característica das regiões Norte e Nordeste, e a de tipo recente, característica das regiões Sul e Sudeste, onde a urbanização acelerada e desordenada produz desníveis acentuados de renda e aumento vertiginoso da marginalidade.

Portanto, é preciso que se realize um melhor planejamento da urbanização das cidades amazônicas, evitando o “inchaço” das mesmas. Outrossim, é preciso atentar para a concentrada estrutura fundiária da região amazônica, tornando-a mais democrática, incentivando projetos endógenos e de agricultura familiar, bem como fiscalizar a derrubada da floresta, o chamado “Mercado Verde”, e estabelecer um rigoroso sistema de patentes.

Questão 3

Em um século e meio de economia industrial, os países do Hemisfério Norte foram responsáveis por cerca de 90% do volume de gases poluentes lançados na atmosfera. Esclareça como essa realidade foi encarada pelos participantes da “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento” (Rio-92).

Daniella Poppius Brichta (20/20)

A década de 70 foi marcada pela polêmica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos em relação à questão do meio ambiente. Os desenvolvidos, representados no Clube de Roma, eram favoráveis a uma política preservacionista, consubstanciada na “teoria do crescimento zero”. De acordo com tal teoria, os países subdesenvolvidos deveriam estancar seus processos de industrialização para evitar impactos ainda mais profundos no meio-ambiente. O desenvolvimento do Terceiro Mundo, segundo estudos do Clube de Roma, levaria inevitavelmente ao esgotamento dos escassos recursos naturais do planeta. Os países subdesenvolvidos não aceitaram a tese “preservacionista”, que, em sua ótica, nada mais era do que uma tática do Primeiro Mundo para manter a dependência do Terceiro Mundo e preservar as assimetrias das relações econômicas internacionais. O debate entre os “preservacionistas” do Primeiro Mundo e os “desenvolvimentistas” do Terceiro perpassou a Conferência sobre o Meio Ambiente de Estocolmo, realizada em 1972, sem que se alcançasse uma solução que resolvesse o impasse.

Foi somente durante a Rio-92 que “preservacionistas” e “desenvolvimentistas” resolveram – ao menos em tese - esse impasse. Um dos documentos que resultou da Conferência foi a Carta da Terra, na qual os países desenvolvidos reconheciam sua responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente e comprometiam-se a cooperar com o desenvolvimento por meio de ajuda financeira e tecnológica. O reconhecimento da responsabilidade pelos danos ambientais, por parte dos países desenvolvidos, implicava, assim, em cooperação, para que não se repetissem ao longo do processo de desenvolvimento e de modernização dos países periféricos. A Convenção Mundial sobre Mudança Climática, outro resultado da II CNUMA, endossava esse reconhecimento e previa, dentre outros, a diminuição das emissões de gases poluentes, sobretudo por parte dos países desenvolvidos. O Protocolo de Quioto, que também prevê a redução da emissão de poluentes, além de um sistema de comércio de créditos relacionados à emissão de carbono, encontra forte resistência dos EUA e de outros países industrializados (com a exceção da maior parte dos



países europeus, que já ratificou o Protocolo), que alegam que o Protocolo irá frear seu desenvolvimento econômico. A recusa em ratificar o Protocolo implica na manutenção e quiçá elevação dos níveis de emissão de poluentes dos países não-signatários, o que, em se tratando de uma economia vigorosa como a norte-americana, poderá ter conseqüências graves para o clima global.

Questão 4

Comente a observação de Friedrich Ratzel de que “as ilhas se caracterizam em geral por uma grande homogeneidade étnica e de civilização de seus habitantes. Ao contrário, um território muito aberto favorece a miscigenação e o cruzamento dos povos”.

Luciana Serrão Sampaio (20/20)

Ratzel, geógrafo do século XIX, foi muito influenciado na produção de sua teoria geográfica pelo contexto nacional em que vivia. Assim, antes de considerar a afirmação sobre a homogeneidade étnica e cultural das ilhas e a miscigenação do continente, deve-se analisar a teoria que o teórico produziu.

Ratzel foi contemporâneo do processo de unificação alemã. Viveu não apenas o processo de consolidação do Estado alemão, mas também a industrialização do país. O carvão, recurso essencial para a industrialização como fonte de energia, deu ensejo ao expansionismo alemão no continente europeu.

É comum a associação da teoria do espaço vital, concebida por Ratzel, com o expansionismo alemão. Diz-se até mesmo que essa teoria serviu ao propósito de legitimação da expansão alemã e incitou a produção teórica francesa de La Blache. Esta, por sua vez, serviria ao propósito não apenas de questionar o expansionismo alemão na Europa, como também legitimar o imperialismo francês na África e na Ásia. Conhecida como possibilismo, afirmava que o contato entre povos muito diferentes permitiria a troca de conhecimentos e maior capacidade de adaptação a novos meios.

A teoria de Ratzel, mais tarde conhecida como determinismo, estava fundamentada no conceito de espaço vital. Essa idéia indicava que o território do país dotava-o de uma certa capacidade para que se desenvolvesse. Quando, por ventura, aqueles limites não atendessem mais às suas necessidades, seria legítimo ao Estado buscar os meios de vida necessários ao desenvolvimento, mesmo que isso implicasse a conquista de território. Os Estados teriam direito a conquistar esse espaço vital, isto é, aquele que seria necessário ao desenvolvimento e reprodução do país.

Considerando-se essa teoria, em princípio, a condição insular limita a possibilidade de expansão ao entorno imediato. Em primeiro momento, haveria estímulo a intensificação do contato com os demais residentes da ilha e provocaria a homogeneidade étnica e de civilização sustentados por Ratzel. O geógrafo deixou de considerar, porém, que o avanço tecnológico dos meios de transporte permitiria romper com o isolamento natural da ilha e proporcionaria a intensificação dos contatos com outros povos e alteraria a situação de homogeneidade. Tal foi a situação da Inglaterra e – embora não seja uma ilha, mas, ainda assim, isolado na península Ibérica – de Portugal.

Por sua vez, a asserção em relação a posição continental também, em tese, pode ser válida. Afinal, a contigüidade territorial permite o deslocamento populacional e, eventualmente, o encontro entre povos. De mesma sorte, a existência de obstáculos naturais no continente, também, pode representar um obstáculo a miscigenação e cruzamento dos



povos. Mais uma vez, restaria o acúmulo de conhecimento e o avanço como meios necessários para garantir o encontro.

Nesse aspecto, vale considerar o povoamento do Brasil. A natureza continental do território permitiu o avanço da colonização e a interiorização do país; porém, enquanto o curso do Amazonas representou o caminho natural dos povos jesuítas no Norte, no centro-sul os bandeirantes levaram cerca de cento e cinqüenta anos para superar a Serra do Mar. Ambos os grupos movidos pelo que Ratzel chamou de meios de vida.

A teoria de Ratzel lançou as bases da geopolítica do século XIX e serviu ao propósito de legitimar as ações do Estado alemão.

Questão 5

Relacione a divisão climática do Brasil com as formações vegetais presentes no território nacional e avalie suas condições de conservação na atualidade.

Mônica S. F. de Sales Barth Tambelli (15/20)

As formações vegetais originalmente presentes no território brasileiro variavam de acordo com as características climáticas e orográficas de cada região do país. Grande parte dos principais biomas originais, entretanto, encontra-se em avançado grau de destruição decorrente de fatores antrópicos. O processo de ocupação do Brasil passa por uma história de seguidas incursões exploratórias que obedeceram lógica predatória de apropriação de recursos naturais. Desde a colonização, a extração de pau-brasil e o plantio de cana-de-açúcar, por exemplo, levaram à destruição de parte significativa da Mata Atlântica. A mesma lógica predatória organizou o plantio da soja que recentemente degradou os cerrados. A partir da região sul, onde predomina o clima subtropical, o território era originalmente coberto por campos, na região dos Pampas gaúchos, e por Mata de Araucárias. Estas últimas foram totalmente destruídas e apenas existem em poucos parques. Os campos encontram-se em avançado estado de degradação dos solos por erosão resultante de práticas de agropecuária extensiva.

A região conhecida como domínio dos mares de morros florestados, que se estende desde o sudeste até o nordeste, nas proximidades da costa, tem clima predominantemente tropical úmido, com ocorrência de tropical de altitude no sudeste, principalmente no estado de São Paulo. Esta região era coberta por Mata Atlântica, cobertura vegetal que primeiro sofreu a ação humana e hoje guarda menos de 20% de sua extensão original.

O centro-oeste do país, onde o clima predominante apresenta duas estações bem marcadas – uma de chuvas e outra de seca – apresenta duas formações vegetais principais. Na região de maior densidade hidrográfica, fica o Pantanal, área de transição com vegetação muito diversificada. Ao lado dessa formação, estão os cerrados, cuja vegetação original pode ser caracterizada como uma “floresta de cabeça para baixo”. Devido à adaptação ao solo, as plantas da região têm longas raízes. O centro-oeste é, nos dizeres de Milton Santos, o local onde o meio técnico-científico-informacional se implantou diretamente sobre o meio natural. A formação vegetal vem sendo substituída por modernas plantações de grãos em larga escala, notadamente culturas de soja, possíveis graças à correção do solo e ao desenvolvimento de sementes mais adaptadas pela Embrapa. A região antes preservada por não se acreditar na possibilidade de desenvolver agricultura em solos tão ácidos, hoje também sofre degradação.

Ao norte, onde predomina o clima equatorial, o território é coberto pela Floresta Amazônica. Homogênea apenas na aparência, a Amazônia é coberta pela hiléia em terras



mais altas, por matas de várzeas em áreas semi-inundáveis e por igapós em áreas constantemente inundadas. Há, ainda, presença de cerrados na região. Apesar de tentativas de conter a devastação, a Amazônia está encolhendo, principalmente em suas franjas meridionais (hoje conhecida como “arco da devastação”) e na área da Amazônia Oriental onde predominam grandes projetos mineradores. Obras de integração infra-estrutural em curso, como o asfaltamento da BR 163 e a construção de um gasoduto até a região de Tefé, por exemplo, devem intensificar a tendência à devastação da floresta.

A região nordeste do país, além da área originalmente coberta pela Mata Atlântica, apresenta uma área interior caracterizada pelo clima semi-árido e coberta com pobre cobertura vegetal dada a pobreza dos solos e quase inexistente irrigação. A área é ocupada tradicionalmente por pecuária extensiva de baixa produtividade. Entre o sertão semi-árido e a região da Mata Atlântica, o nordeste ainda conta com vegetação de transição conhecida como Mata dos Cocais. Predominantemente formada por palmáceas como babaçu e carnaúba, a área sofre com o extrativismo predatório.

*



POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos. 2. A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação. 3. O Brasil e a América do Sul. Mercosul. 4. A política externa argentina. A Argentina e o Brasil. 5. A política externa norte-americana e relações com o Brasil. 6. Relações do Brasil com os demais países do hemisfério. 7. Política externa francesa e relações com o Brasil. 8. Política externa inglesa e relações com o Brasil. 9. Política externa alemã e relações com o Brasil. 10. A União Européia e o Brasil. 11. Política externa russa e relações com o Brasil. 12. A África e o Brasil. 13. A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil. 14. Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã. 15. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 16. O Brasil e o projeto de área de livre comércio das Américas (ALCA). 17. A agenda internacional e o Brasil: 17.1 Desenvolvimento; 17.2 Pobreza e ações de combate à fome; 17.3 Meio ambiente; 17.4 Direitos Humanos; 17.5 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC); 17.6 Sistema financeiro internacional; 17.7 Desarmamento e não-proliferação; 17.8 Terrorismo; 17.9 Narcotráfico; 17.10 A reforma das Nações Unidas.

Bibliografia sugerida:

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira**. 4v. São Paulo: USP, 1996.

BANDEIRA, Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**. São Paulo: Editora Revan, 2003.

_____. **Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2004.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

CASTRO, Marcus Faro de. **Política e relações internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

CERVO, Amado Luiz **As Relações internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

_____; & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Unb, 2002.

GILPIN, R. M. **A Economia política das relações internacionais**. Brasília: editora da UnB, 2002.

_____. **O Desafio do capitalismo global: economia mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.



- HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- LESSA, Antônio Carlos. **A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais**. Brasília: Funag; IBRI, 2003.
- LINDGREN, José Augusto. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações internacionais – cultura e poder**. Brasília: FUNAG/ IBRI, 2002.
- MILNER, H. & KEOHANE, R. **Internationalization and domestic politics**. Nova York, Cambridge University Press, 1996.
- MORGENTHAU, H. **A política entre as nações**, Brasília: Funag/IPRI, EdunB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- MRE/FUNAG. **A palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)**. Brasília: FUNAG, 1995.
- OLIVEIRA, H. A. (Org.) ; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.) . **A política externa brasileira na visão dos seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2005. v. 1. 239 p.
- OLIVEIRA, H. A. **Política externa brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. v. 1. 291 p.
- OLIVEIRA, H. A. (Org.) ; LESSA, Antonio Carlos (Org.). **Política internacional contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. v. 1. 130 p.
- PECEQUILO, Cristina S. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado L. **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.
- SMOUTS, Marie-Claude. **As novas relações internacionais: prática e teoria**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.
- SOUTO MAIOR, Luiz A. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003
- ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações internacionais - teorias e agendas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.
- VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VIZENTINI, P. G. F. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 163 p.
- VIZENTINI, P. G. F. (Org.) ; WIESEBRON, Marianne (Org.) . **O sistema mundial em transição: Neohegemonia americana ou multipolaridade?** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005. 162 p.



Os candidatos que desejarem se manter atualizados com o estado da arte das relações internacionais poderão servir-se de periódicos especializados, tais como **Revista Brasileira de Política Internacional** (<http://www.ibri-rbpi.org.br>), **Política Externa** (<http://www.politicaexterna.com.br>), **Foreign Affairs** (<http://www.foreignaffairs.org>), **Foreign Policy** (<http://www.foreignpolicy.com>) e **Politique Internationale** (<http://www.politiqueinternationale.com>), bem como das páginas eletrônicas do Ministério das Relações Exteriores (<http://www.mre.gov.br>) e da *Rede Brasileira de Relações Internacionais* (<http://www.relnet.com.br>).

Publicações adicionais que podem auxiliar a preparação dos candidatos estão disponíveis na FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, tais como toda a série de Manuais do Candidato e a série Teses do CAE:

site na Internet – www.funag.gov.br
 e-mail: funag@mre.gov.br
 e-mail do Setor de Publicações: publicacoes@funag.gov.br

Brasília
 Ministério das Relações Exteriores
 Esplanada dos Ministérios, Bloco H
 ANEXO II, TÉRREO, SALA 1
 70170-900 Brasília - DF
 Telefones: (061) 411-6033/6034/6847/6857
 Fax: (061) 322-2931, 322-2188

Rio de Janeiro
 Palácio Itamaraty
 Avenida Marechal Floriano, 196 - Centro
 520080-002 Rio de Janeiro - RJ
 Telefax: (021) 233-2318/2079

Prova de 2005

Questão 1

As ações do governo brasileiro voltadas para o adensamento das relações com os países da América do Sul ganharam nova moldura com a criação da “Comunidade Sul-Americana de Nações”. Isso posto, discorra sobre a política brasileira para a América do Sul, destacando seus objetivos, seus marcos e as principais iniciativas conduzidas em suas distintas vertentes.

Ana Paula de Almeida Kobe (20/20)

As ações do Brasil voltadas para o adensamento das relações com os países da América do Sul têm raízes que datam do início do século XX, a exemplo do “Pacto de Cordial Inteligência e Arbitramento entre Argentina, Brasil e Chile” – Pacto ABC -, proposto em 1909 por Barão do Rio Branco, à frente do Itamaraty de 1902 a 1912. Ainda que esse



primeiro projeto não tenha evoluído, por razões conjunturais e, sobretudo, pela animosidade de Estanilao Zeballos, o ideal de cooperação sul-americana (existente já no discurso de Simón Bolívar) permaneceu como verdadeira “força profunda”, a permear as políticas sub-regionais de integração, as quais passaram do discurso a atitudes mais pragmáticas a partir de 1960.

A concepção de uma América do Sul cultural e geograficamente mais coesa, contraposta a uma América Latina por demais abrangente, indefinida e europeísta, ganhou expressão com o Tratado de Montevideu de 1960, instrumento constitutivo da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc). Em que pese a denominação “Latino Americana”, a iniciativa restringia-se, em verdade, à região sul-americana. Em contexto em que os Estados do subcontinente preocupavam-se mais com o processo de substituição de importações, a proposta de livre comércio não evoluiu, porém, situação reconhecida pelo relançamento do Tratado de Montevideu em 1980, quando a Alalc foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). Essa concertação político-diplomática com vistas ao comércio, já ciente dos obstáculos que haviam fulminado a predecessora Alalc (metas excessivamente ousadas, falta de tradição nas trocas comerciais), mostrou-se mais flexível e menos impositiva, restringindo-se à facilitação de acordos bilaterais ou multilaterais entre os países da região.

Porquanto não excludente e não concorrente, a Aladi estrutura-se, hoje, em dois grandes projetos: a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Mercosul, inaugurado com o Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, a reunir Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. É inegável que a redemocratização do Brasil e da Argentina reconfigurou a política regional, à medida que ambos os países – e os que a eles se associaram – reconheceram na cooperação intergovernamental (e, portanto, na conseqüente superação de rivalidades) via de acesso ao mercado mundial e estratégia de combate às crises político-econômicas.

Claramente privilegiando a América do Sul, com total e irrestrito apoio do governo brasileiro, o Mercosul articula-se para a expansão vertical – com ênfase na coordenação política, na implementação de normas comuns e na consolidação de posicionamento, perante a comunidade internacional, de bloco econômico dotado de personalidade jurídica de direito internacional (desde o Tratado de Ouro Preto, de 17 de dezembro de 1994) – e para a expansão horizontal, determinado a agregar mais países ao bloco, de modo a configurar regionalismo aberto dinâmico e inclusivo. A associação da Bolívia, do Chile, do Peru, da Venezuela e do Equador é exemplo dessa vertente horizontal da política “mercosulina”.

O Brasil, reiteradamente comprometido com o adensamento das relações sul-americanas, sem restringir-se apenas ao Mercosul, propôs - em 1993 – a Área de Livre Comércio da América do Sul (Alcsa), cujo objetivo era ampliar a abrangência das trocas econômico-comerciais. Sem obtenção de progressos significativos, reuniram-se em Brasília, em 2000, pela primeira vez, os 12 presidentes da região, iniciativa que, além de ensejar diversos acordos de cooperação, resultou na criação, em dezembro de 2004, da Comunidade Sul-Americana de Nações, foro destinado a privilegiar a dimensão política e social, e não apenas a comercial.

Conquanto se argumente que não há continuidade nas políticas destinadas à América do Sul, o que se pode observar é a manutenção das estratégias de integração, interconectadas e aliadas, cada vez mais, a um discurso que privilegia a vertente social e cultural. Visto que a cooperação não é mera opção de política externa, mas imperativo em um mundo crescentemente globalizado, a América do Sul transforma-se em espaço irrecusável para ampliação da cadeia produtiva e para ganhos de escala. A busca da identidade histórica comum e a percepção de desafios conjunturais e estruturais semelhantes conferem, ademais, adensamento às relações.



O escopo da política sul-americana se, por um lado, é flagrantemente comercial – para garantia de competitividade -, por outro, não negligencia o pilar fortemente político, do qual é exemplo a cláusula democrática do Mercosul, acordada no Protocolo de Ushuaia, de 1998, e a Comunidade Sul-Americana de Nações, comprometida e afeita aos valores da democracia, da governabilidade e da estabilidade regional.

Dados os objetivos, justificáveis em meio à integração europeia, norte-americana, africana e asiática, já se verificam resultados, como a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que já identificou 10 eixos de integração e desenvolvimento nas áreas de transporte, energia e comunicação, os quais contam com financiamentos do BNDES e da CAF.

Questão 2

O Brasil vem-se empenhando na participação simultânea em grandes processos de negociação comercial. Identifique-os e caracterize-os quanto à sua importância para o País, ao potencial de ampliação de oportunidades comerciais, ao seu atual estágio e às perspectivas imediatas de sua evolução.

Ricardo Morais Barros (20/20)

O Brasil vem atuando ativamente em vários processos de negociação comercial. A estratégia brasileira é consolidar a posição de “global trader”, abrindo diferentes frentes de oportunidade, ao mesmo tempo em que se resgata o legado histórico da diplomacia de associar comércio internacional e desenvolvimento socioeconômico. O Mercosul foi escolhido como “motor” do processo de inserção interdependente do país, sendo a Argentina o principal parceiro. O Brasil busca abandonar as negociações de “reciprocidade fictícia” ao conceder somente se houver ganhos, resgatando, pois, o conceito de interesses nacionais sem, contudo, criar confrontamentos no cenário internacional.

Durante as negociações da Rodada Doha, na OMC, o Brasil articulou a criação do G -20, a fim de pressionar os países ricos para que abram os mercados internos e parem de subsidiar os produtores agrícolas locais. Os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos distorcem o comércio internacional, afetando, sobretudo, os países pobres. Na reunião de Cancun, chegou-se a um impasse, pois, até a criação do G – 20, EUA e UE definiam, bilateralmente, qual era o “consenso possível”. O “fracasso de Cancun” levou ao relativo êxito da reunião de Genebra, em julho de 2004, na qual os países ricos se comprometeram a reduzir, gradualmente, os subsídios para o setor agrícola. O G – 20 e o Brasil, contudo, esperam maior compromisso nesse sentido, visto que, no âmbito do GATT, negociou-se por quase meio século a abertura comercial para produtos industrializados, postergando a abertura de bens agrícolas. A atuação do Mercosul e do G – 3, ou IBRAS (Brasil, Índia e África do Sul), foi fundamental para a consolidação e fortalecimento do G – 20. As possibilidades de ganho para o Brasil, no âmbito da OMC, são controversas. Se, no curto prazo, o fim dos subsídios ajuda a melhorar ainda mais a balança comercial brasileira, o avanço das exportações agrícolas, no longo prazo, pode representar um regresso ao modelo agro-exportador, ou o que Amado Cervo chama de a “infantilização” do retorno ao setor agrícola.

Outro importante processo negociador foi o de construção de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Os Estados Unidos vem enfrentando na era Bush déficits gêmeos (balanço de pagamentos e déficit público), e a ALCA seria uma forma de reduzir os déficits comerciais. O Brasil tem interesse de negociar um acordo hemisférico que envolva os



EUA, visto que a cooperação Sul – Sul não é vista como alternativa excludente da cooperação com o Norte, onde estariam enormes possibilidades para países como o Brasil. Entretanto, a diplomacia brasileira vem buscando um acordo na área de bens que inclua a agricultura (tema sensível para os EUA). Foi proposto, assim, o formato dos três trilhos, ou “ALCA light”, em que haveria uma parte comum multilateral (envolvendo todos os países), uma parte facultativa (plurilateral e bilateral) e uma parte negociada no âmbito da OMC. As negociações, desde então, diminuíram o ritmo e os EUA ameaçaram isolar o Brasil por meio de acordos bilaterais, mas o processo de negociação continua, e o Mercosul reafirma que não será englobado e eliminado pelo projeto ALCA, como fora proposto pelos EUA na reunião ministerial de Belo Horizonte.

O Mercosul tem sido o pólo dinâmico das negociações comerciais brasileiras. Em 2000, houve o “relançamento” do bloco após a crise derivada da desvalorização monetária no Brasil. Desde então, o bloco vem fortalecendo-se, apesar de crises pontuais, e articulou-se mais em termos políticos. O Conselho Mercado Comum (CMC) decidiu que os países-membros deveriam negociar sempre em conjunto, instituindo um foro permanente de concertação política.

O Mercosul iniciou negociações com a União Européia em claro contraponto político-estratégico às negociações da ALCA, mas a proposta europeia feita em 2004 foi julgada insuficiente. O IPEA calculou que, com a situação hipotética pós-acordo, a UE teria ganhos, em média, 50% maiores que o Mercosul. Com a mudança dos comissários europeus, em 2004, as negociações tiveram de recomeçar, mas espera-se nova proposta. A perspectiva do bloco quanto a UE é aumentar as exportações de bens primários, que são dificultadas por quotas e pela Política Agrícola Comum (PAC), responsável pela transferência de elevados subsídios aos produtores europeus.

Em 2003, o Peru tornou-se membro associado do Mercosul. Foi negociado com esse país o Acorde de Complementação Econômica nº 58 (ACE – 58) no âmbito da ALADI, mas ainda não entrou em vigor. Com os demais países da CAN (Equador, Venezuela e Colômbia) negociou-se o ACE – 59, que já entrou em vigor. O Mercosul negociou acordos, ainda, com a Índia, concluído em 2005, e com a União Aduaneira da África do Sul (SACU). O pragmatismo do Brasil nas relações Sul – Sul tem gerado resultados concretos sem, contudo, opor-se ao fluxo de comércio com o Norte. O Mercosul vem negociando com a Rússia, com a América Central (SICA) e com o CARICOM, além do aprofundamento das relações com o México, que deseja ser membro-associado.

Em 2004, houve, no Brasil, Conferência da UNCTAD em que se buscou intensificar os laços com os países em desenvolvimento. Com base no Sistema Geral de Preferências entre Países em Desenvolvimento (SGPC), o Brasil tem apoiado a “substituição competitiva de importações”, ou seja, busca-se importar mais dos países em desenvolvimento. Em 2004, as exportações do Brasil para países emergentes e países em desenvolvimento atingiram a cifra histórica de 49%, sendo registrado incremento considerável no comércio com a América do Sul e com a China (tendência global). Os EUA, contudo, continuam como destino preferencial, respondendo por quase um quarto das exportações, sendo a pauta composta principalmente por produtos industrializados. A UE é o segundo grande parceiro (cerca de 20%), mas as exportações concentram-se em bens agrícolas. As exportações para a América do Sul, em 2004, eram em mais de 90% compostas por bens industriais, o que mostra o potencial da região. O Brasil negocia, também, com os países do Oriente Médio e da África, que apresentam enorme potencial, mas que foram, de certa forma, relegados a segundo plano na década de 90.



Questão 3

O Brasil tem se destacado, a partir do início dos anos noventa, pela adoção de nova postura no que diz respeito aos temas ambientais. Identifique os contornos da política externa ambiental do Brasil, a partir da sua congruência com as grandes linhas de orientação internacional do País.

Rafael Souza Campos de Moraes Leme (20/20)

O meio ambiente é um dos mais importantes dos “novos temas”, especialmente relevantes na década de 1990 (a “década das conferências”). Trata-se de tema comum a todos os países, de caráter essencial e difuso, que cada vez mais abriga sub-temas diversos. A atuação do Brasil é propositiva e diferenciada, em especial por deter entre 10 e 20 % da biodiversidade mundial e a maior reserva de água doce do mundo. Sua atuação insere-se no contexto da política das credenciais, dotando-lhe de credibilidade e respeito internacionais.

Em 1972, realizou-se em Estocolmo a primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente. Nela, opuseram-se países do norte e do sul. O Clube de Roma atacou veementemente a destruição de biomas importantes, e defendeu que o crescimento econômico não poderia ocorrer com desmatamentos. Defendia, ainda, a internacionalização da Amazônia. O Brasil, como principal acusado, retrucava que países que já consumiram o meio ambiente não poderiam, já desenvolvidos, exigir legitimamente a proteção à custa do desenvolvimento. Fez-se veemente defesa da soberania nacional. Ainda assim, em 1974, criou-se no Brasil a Sema (Secretaria Especial de Meio Ambiente), e multiplicaram-se os parques e reservas, seguindo-se a lógica preservacionista da Conferência.

A década de 1980 assistiu a distensão quanto ao tema, com arrefecimento da lógica conflitiva em nome da cooperação. Contribuiu para tanto o Relatório Brundtland, pioneiro no conceito de desenvolvimento sustentável; segundo essa concepção, a exploração da natureza deve não apenas levar em conta as ambições e necessidades da geração atual, mas também as das gerações futuras.

Essa mudança de cenário permitiu ao Brasil sediar a Eco-92, no Rio de Janeiro (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o que denota a mudança conceitual). No mesmo ano, o Brasil ratificava a Convenção da Basiléia sobre movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e seu depósito, de 1989. O Brasil foi bastante ativo naquele encontro, que reuniu 189 países, com mais de 100 chefes de Estado.

O Brasil esteve presente na proposição de dois princípios que permearam o encontro: o princípio da precaução, pelo qual é responsável o Estado que não cumpre os deveres de cautela necessários à preservação ambiental; e o princípio do poluidor-pagador, aplicação específica do princípio de que quem causa dano a outrem fica obrigado a reparar. Esse arcabouço principiológico e normativo assenta-se sobre a mencionada noção de desenvolvimento sustentável.

O Brasil apresentou a proposta do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), um engenhoso mecanismo que beneficia, como “credores”, aqueles países que detêm e preservam os sumidouros de Carbono. A proposta foi aprovada não sem a tentativa dos Estados Unidos de desvirtuar o conceito, atrelando o sumidouro a florestas nativas. O Brasil, com sucesso, ponderou que não há prova científica de maior retenção de CO₂ por florestas maduras, e que havia risco de desvirtuamento do MDL.

Importante ressaltar, ainda, que a preocupação sobre a Amazônia deslocou-se da “defesa do pulmão do mundo” (Estocolmo, 1972) para meio que diminui o aquecimento global (Rio de Janeiro, 1992). O Brasil, credenciado por sua postura ativa em encontro no



qual a cooperação prevaleceu sobre o conflito, reverte sua situação de 1972. O encontro no Rio de Janeiro foi exitoso, lançando as bases ou o texto definitivo sobre inúmeros temas, objeto de convenções em separado (Convenções sobre Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Desertificação, População Indígena, entre outros).

A atuação brasileira é referência no Foro Intergovernamental sobre Florestas, subordinado à Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU. No Foro, o Brasil defende o equilíbrio de preservação e desenvolvimento, apontando a necessidade de preservarem-se florestas tropicais, temperadas e boreais.

Tema de especial atualidade é o da biodiversidade, mormente diante do advento dos organismos geneticamente modificados (OGM). O Brasil alinha-se ao grupo dos “like-minded” (União Européia, quase todo o G-77, entre outros), que recomenda cautela quanto aos transgênicos. O Brasil segue tendência de liberalização com parcimônia dos OGM, aliando sua condição de potência agrícola, “global trader” e defensor da preservação ambiental, em especial contra a erosão genética. O Brasil preocupa-se, ainda, com a diferenciação entre transgênicos e orgânicos, sofrendo a oposição do Grupo de Miami (Uruguai, Argentina, Chile, EUA e Canadá), defensores dos OGM.

O Brasil teve atuação importante, além disso, na discussão sobre se as Usinas Hidrelétricas são fonte de energia renovável ou não, o que foi objeto de discordância no governo brasileiro, opondo Ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia.

Como fruto direto da Eco-92 e de iniciativas brasileiras, entrou em vigor o Protocolo de Kyoto, de 1997, que prevê a negociação de cotas de carbono de modo a levar os países desenvolvidos a uma diminuição de 5 % da emissão de gases estufa em relação ao ano de 1990; a meta deverá ser atingida entre 2008 e 2012. No entanto, os EUA não são signatários, apesar de, como demonstrou o Brasil na Eco-92, serem os países do norte responsáveis pela maior parte dos poluentes lançados no meio ambiente.

Convém mencionar que o Brasil passou a presidência da Conferência para a RAS; em 2002, em Johannesburgo, foi realizada a Rio+10, sem o mesmo foco e o mesmo impacto, limitando-se a poucos objetivos concretos e muitos vagos.

De toda forma, o Brasil destaca-se pela sua atuação internacional no tema ambiental, prestigiando o multilateralismo e a cooperação propositiva. Sua política ambiental criativa externa e interna (uso do etanol, biodiesel, etc) o credencia a ocupar elevados postos nas organizações multilaterais.

Questão 4

A recente reunião de Cúpula América do Sul - Países Árabes representou importante iniciativa diplomática brasileira com vistas à aproximação de duas regiões de grande relevância para a política externa brasileira. Quais são os fundamentos dessa aproximação e a que interesses brasileiros ela responde diretamente?

Rafael Souza Campos de Moraes Leme (20/20)

A Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), realizada em Brasília nos dias 10 e 11 de maio de 2005, fundamenta-se na tradicional defesa da cooperação sul-sul defendida pelo Brasil, na necessidade de maior integração político-cultural entre as regiões, e na importância econômica de América do Sul e dos Países Árabes.

O Presidente Lula elegeu os países árabes como prioridade de sua política externa, ao lado de África e América Latina. O encontro teve, grosso modo, três vertentes, cada uma



delas associável a um interesse brasileiro de política externa: (a) política; (b) econômico-comercial; (c) cultural.

Sob o ponto de vista político (a), a Cúpula coroou esforço empreendido pelo governo Lula de aproximar as regiões, estabelecer laços de cooperação política e defesa de interesses comuns. Tal foi, em grande parte, o sentido de sua viagem, em 2003, a Líbia, Egito, Síria e Emirados Árabes. A iniciativa reforça os laços de cooperação sul-sul, tal qual preconizado desde a Conferência de Bandung de 1955 e pela Política Externa Independente de Afonso Arinos de Mello Franco, San Tiago Dantas e Araújo Castro. O apoio dos 22 países árabes presentes à ASPA seria ativo diplomático importante em qualquer foro internacional.

Como fruto dessa aproximação, o Brasil é o primeiro país latino-americano admitido como observador na Liga Árabe. O País angaria, ainda, a simpatia de muitos deles em seu pleito por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Ainda da seara política, convém mencionar que a Carta de Brasília é, fundamentalmente, um documento político. Contém ela a condenação de medidas unilaterais (dos EUA) contra a Síria, faz forte apelo à paz e pela desocupação dos territórios palestinos, e prega a desnuclearização. Esses temas, espinhosos, são caros aos árabes; mas foi possível deles tratar, reiterando resoluções da ONU: o que parecia temerário declarar tornou-se prestígio ao multilateralismo, bem recebido pelos EUA (apesar de lhes ter sido negada a condição de observador da ASPA). Convém, quanto aos alegados riscos políticos de tal encontro, lembrar a advertência de Amado Cervo: “nada de importante em política internacional se faz sem riscos”.

Quanto a (b) aspectos econômicos-comerciais, os países árabes reúnem um PIB de US\$ 815 bilhões, e detêm grandes jazidas de petróleo. A aproximação com os países árabes é importante para a ampliação da diversidade de parceiros comerciais do Brasil, tornando o País menos suscetível a desequilíbrios momentâneos e a dependência. Trata-se de mercado potencial para inúmeros setores da economia brasileira, como construção civil, avicultura e produtos agrícolas diversos.

O mundo árabe é cortejado há tempos por China, Japão, EUA e UE. É região dinâmica, rica e estratégica. Ao Brasil, trata-se de momento favorável para a aproximação, diante da postura desgostosa da Liga Árabe, da União do Magreb Árabe e do Conselho de Cooperação do Golfo em relação à política externa norte-americana (em especial em função da Guerra do Iraque). Abre-se, assim, espaço para acordos simétricos, como os que foram gestados na ASPA: acordo Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo (que reúne seis importantes países do Oriente Médio), acordos Mercosul com Egito e Marrocos, além de acordos privados, na medida em que mais de 800 empresários estavam presentes. Destaque-se, ainda, encontro paralelo entre Kirchner, Chavez e Lula, que avançou nas negociações da Petrosul, que reuniria petrolíferas dos três países.

Assim, a ASPA atende a interesses brasileiros econômico-comerciais, pois pulveriza parcerias, estabelece relações simétricas e, ainda que se alegue que não substitui, desonera negociações de Alca e Mercosul-EU, sendo alternativa ainda que parcial.

A (c) vertente cultural é igualmente importante. O Brasil abriga enorme colônia árabe e, ao liderar a iniciativa da ASPA, contribui para o diálogo cultural e firma-se como líder legítimo do continente sul-americano. O encontro insere-se nos objetivos do GADN (“Global Agenda for Dialogue among Nations”), aprovada na ONU (Resolução 56/6, de 09 de novembro de 2001). De fato, a ASPA concretiza um “diálogo de civilizações”, que credencia o Brasil como interlocutor de variados grupos que, como país de imigração, acolheu.

Resultados importantes desse encontro foram o projeto de um Centro de Cultura Sul-Americano, a ter sede no Marrocos, e da concepção de uma Biblioteca Árabe-Sul-Americana.



Portanto, a ASPA foi capaz de materializar fundamentos e interesses tradicionais da política externa brasileira, promovendo o diálogo e cooperação sul-sul, afirmando sua proeminência não-hegemônica na América do Sul, diversificando parceiros comerciais e unindo civilizações, em uma combinação de pragmatismo e idealismo.

Questão 5

O fim da Guerra Fria, as transformações na ordem de poder internacional e os conflitos que se seguiram tornaram claros os limites do sistema de defesa coletiva construído sob a égide da Organização das Nações Unidas. Discorra sobre a agenda da reforma da ONU, analisando sua importância para a consolidação de estruturas de governança nas áreas de segurança e de promoção do desenvolvimento.

Ana Paula de Almeida Kobe (20/20)

A Organização das Nações Unidas - ONU -, criada em 1945, reflete a configuração mundial pós- segunda grande guerra, na qual vencedores e aliados desfrutam de prerrogativas que, passados 60 anos, comprometem tanto a representatividade como a legitimidade do sistema internacional.

O fim da Guerra Fria e, portanto, da lógica bipolar de poder evidenciou a necessidade de mudança no sistema de defesa coletiva, porquanto as necessidades e as ameaças não mais eram ideológicas, mas, sim, contemporâneas às transformações mundiais: terrorismo, narcotráfico, persistente proliferação de armamentos e impactos ambientais. Dessa forma, tornou-se consenso a idéia de uma urgente reformulação da organização encarregada da paz e da segurança internacional. A grande questão controversa, contudo, era como proceder à reformulação, em meio a excludentes interesses particulares.

No seio da ONU são identificados seis grandes órgãos: a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. A propalada reforma, para adequar-se aos desafios e às exigências do século XXI, defende reestruturação de todos os órgãos, em graus, entretanto, diferentes. A CIJ e o Secretariado, por exemplo, seriam submetidos apenas a reformas administrativas, para garantir maior eficiência. O Conselho de Tutela, inoperante dada a inexistência de territórios desprovidos de autoridade própria (situação que não se confunde com circunstancial desestabilização), deveria ter suas funções reformuladas, assim como a AGNU, o CSNU e o ECOSOC. À AGNU comportaria maior protagonismo na tarefa de defender a paz e a segurança internacionais. Hoje, suas resoluções são meramente recomendatórias; não obrigam e não decidem sobre Operação de Paz. Também ao ECOSOC caberia maior dinamismo, já que a promoção do desenvolvimento está ontologicamente ligada a questões econômicas e sociais. É, no entanto, em relação ao CSNU que existe maior pressão por reforma.

O poder que emana do CSNU é assimétrico e inadequado quanto à representatividade e à legalidade. Composto por 5 membros permanentes – Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China – dotados de voz, voto e, mais importante e exclusivo, veto, e 10 membros não-permanentes, eleitos para mandatos de 2 anos, reflete tão-somente a estrutura de poder da metade do século XX. Os atores emergentes na cena internacional do início do século XXI são desprovidos de efetivo poder de influência, o qual se concentra apenas na mão dos “5 grandes”.

O que se tem defendido, portanto, tanto pelas sociedades civis como por especialistas de reconhecida competência (a exemplo dos reunidos no “blue-ribbon panel”), é ampliação



dos membros do CSNU. Uma “quick fix” seria a mera inclusão do Japão e da Alemanha, perdedores da Segunda Guerra, mas países que se tornaram, respectivamente, a segunda e a terceira economia do mundo e contribuidores de relevante percentagem do orçamento da ONU. Essa proposta encontra resistência da Itália, no entanto, excluída do principal núcleo de influência regional. Na Ásia, a China não deseja ter o poderio compartilhado com o Japão, pelo que se observa, portanto, claro impasse.

Uma agenda de reforma mais abrangente seria a de Razali Ismail, que já foi presidente da Assembléia Geral, na qual há a proposta de inclusão de mais 5 membros não-permanentes e de 5 membros permanentes, que seriam a Alemanha, o Japão, um país da África, um país da Ásia e um país da América Latina. O problema, outra vez, são as barreiras regionais, pois, normalmente, mais de um país da região tem proposta de ascensão ao CSNU, a exemplo da América Latina, onde Brasil, Argentina e México disputariam um assento disponível. São empecilhos, ainda, a ausência de concordância quanto às novas funções a serem desempenhadas por cada órgão e quanto ao número de países com poder de veto.

São inúmeras as propostas de reforma, já que cada país com alguma expressão regional ou mundial satisfar-se-ia com nova projeção de prestígio e de responsabilidade moral perante a comunidade das nações. O Brasil, por exemplo, uniu-se à Alemanha, à Índia e ao Japão (G-4) na defesa de mudança no CSNU e de incorporação ao grupo de países que decidem sobre a paz, a segurança e a promoção do desenvolvimento.

Tem-se por certo que a reforma é inevitável, se quer-se uma estrutura internacional efetivamente legítima e representativa, capaz de assegurar desenvolvimento e paz. A grande incógnita que permanece, porém, é como ela será feita.

*



NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos. O(A) candidato(a) deverá responder de modo objetivo tendo em vista a limitação de linhas para cada resposta.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores sugeriram livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de “noções” de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O(a) candidato(a) poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa:

I. Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro.

1. Normas jurídicas: características básicas; hierarquia. 2. Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. 3. Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro. 4. Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito. 5. Organização dos poderes no direito brasileiro. 6. Processo legislativo brasileiro. 7. Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88). 8. Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal. 9. Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração. 10. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II - Direito internacional público.

1. Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil). 2. Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (*jus cogens*). 3. Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição; diplomatas e cónsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano;



Indivíduo. 4. Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais). 5. Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado. 6. Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Européia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 7. Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 8. Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Bibliografia sugerida:

I – Documentos:

Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945).

Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961); Relações Consulares (1963); e Direito dos Tratados (1969).

Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Sul, Mercosul (1991).

Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul (Ouro Preto, 1994).

Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994).

Memorando de Acordo relativo às Normas e Procedimentos para A solução de Litígios na OMC (1994).

II – Livros:

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. **Manual de direito internacional público**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10 ed. Brasília: Editora UnB, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. **Teoria do Estado**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do direito comunitário**. Bruxelas: Comissão Européia, 2000.

BROWNLIE, Ian. **Princípios de direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ENGLISH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. 8 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

MELLO, Celso de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 14 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2004.



QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. **Direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais**. 7 ed. São Paulo: RT, 2002.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SILVA, José Affonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de direito internacional público**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.

THORSTENSEN, Vera. **OMC: Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

Prova de 2005

Questão 1

Imagine que você seja consultor jurídico do Presidente da República. No momento, há uma medida provisória pendente de votação trancando a pauta da Câmara dos Deputados. Outros projetos vitais para o governo não estão sendo votados por causa disso. O Presidente da República recebe a sugestão do seu assessor Alpha de simplesmente retirar a medida provisória do Congresso Nacional. Do assessor Beta, recebe a orientação de revogar a medida provisória. O assessor Gamma complementa, propondo que, depois de revogada, a medida seja reeditada. O assessor Delta, por fim, sustenta que a medida provisória contém inconstitucionalidade e que, por isso, o Presidente poderia declará-la inconstitucional, com o que a pauta seria desobstruída. O Presidente da República pede que você indique, de modo justificado, a melhor das sugestões. Redija sua resposta.

Fábio Meira de Oliveira Dias (17/20)

A Constituição Federal é regida pelo princípio da separação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, harmônicos e independentes. O texto destina ao Poder Legislativo a competência de elaborar as leis, mas confere certa capacidade legislativa ao Poder Executivo ao permitir que este possa editar medidas provisórias com força de lei.

Cumpre observar, no entanto, que tais medidas provisórias estão sujeitas a uma série de restrições e normas específicas. A Constituição estabelece restrições, por exemplo, em relação aos assuntos sobre os quais pode versar uma medida provisória ou em relação às circunstâncias em que elas podem ser editadas. Assim, não são permitidas, por exemplo, medidas provisórias que visem ao seqüestro de poupança popular ou que sejam editadas em estado de sítio ou de defesa.



Além disso, as medidas provisórias estão sujeitas à aprovação do Congresso Nacional. A validade de uma medida é de sessenta dias, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez. O Congresso também precisa proceder à votação dentro do prazo máximo estabelecido na Constituição, sob pena de ficarem sobrestadas as demais votações até que a medida provisória em questão seja analisada. Caso o prazo de validade da medida se esgote ou a votação do Congresso não seja favorável, cabe a este disciplinar as relações jurídicas constituídas durante a vigência da medida. Para a tarefa, também existe um prazo, que, ao ser esgotado sem o devido decreto legislativo, determina que essas relações se mantenham regidas pelos termos da medida provisória.

No caso em tela, a medida provisória encontra-se pendente para votação, trancando a pauta da Câmara dos Deputados. Como existem outros projetos vitais para o governo que não estão sendo votados, é preciso estabelecer, à luz da Constituição, qual o procedimento mais indicado nesse caso.

A orientação do assessor Alpha, para simplesmente retirar a medida provisória do Congresso Nacional, não parece adequada. A Constituição determina que qualquer medida provisória editada pelo Poder Executivo seja submetida para votação no Congresso Nacional, de modo que não é possível simplesmente retirá-la para “destrancar” a pauta e, ao mesmo tempo, mantê-la em vigor.

A sugestão do assessor Beta, para regovar a medida provisória, encontra abrigo na legislação, pois é lícito ao Poder Executivo a revogação do ato decorrente do exercício de suas atribuições. A medida provisória perderia, desse modo, a validade e a pauta de votação da Câmara dos Deputados encontrar-se-ia livre.

A proposta do assessor Gamma, para revogar a medida provisória e reeditá-la, viola as determinações constitucionais sobre o assunto. A Constituição Federal é clara ao impedir que uma medida provisória seja reeditada na mesma sessão legislativa. Como já foi analisado, as medidas provisórias têm prazo de validade e, se não forem avaliadas pelo Congresso nesse prazo, não podem ser reeditadas na mesma sessão legislativa.

A assessor Delta, ainda que tenha razão quanto à inconstitucionalidade da medida, não está correto em sua argumentação. O controle de constitucionalidade pode ser exercido preventivamente pelo Executivo e pelo Legislativo, ao evitar a elaboração de leis que violem os termos da Constituição. Uma vez editada a medida provisória, não compete ao Presidente da República declará-la inconstitucional. Essa competência é do Poder Judiciário, que pode fazer isso no exame de um caso concreto, com validade apenas entre as partes do processo em questão, ou por via de ação, como na Ação Direta de Inconstitucionalidade, com efeito vinculante e para todos (“erga omnes”). A Constituição enumera os possíveis propositores de tal ação, entre os quais encontra-se o Presidente da República.

Após a análise das sugestões dos assessores presidenciais, resta claro que a proposta mais indicada, para o caso em tela, aparenta ser aquela do assessor Beta.

Questão 2

Comente a seguinte afirmação: “O direito internacional surgiu para erigir as fronteiras dos Estados nacionais; hoje ele se ocupa de derrubá-las”.

Rafael Souza Campos de Moraes Leme (20/20)

Apesar de evidências de manifestações do fenômeno jurídico internacional desde a Grécia Antiga – e mesmo bem antes –, é comum situar-se o marco inaugural do Direito Internacional Público nos tratados de paz de Westfalia, em 1648, considerados “a certidão



de nascimento do Estado” – muito embora o fenômeno estatal, com todos os seus elementos (território, povo e governo soberano) já pudesse ser observado há muito (caso de Portugal, desde a Revolução de Avis, no século XIV). Mais importante que definir início ou fim de períodos de evolução jurídica (o que é, ademais, controverso), os referidos tratados são significativos de um padrão de concerto de países e de produção normativa que tem por objetivo a definição, a afirmação e a defesa das dimensões pessoal, territorial e governamental do Estado. São, portanto, a afirmação de soberania sobre um território.

O Direito Internacional Público, assim concebido, baseia-se nas soberanias estatais e nas declarações de vontade dos Estados no sentido de discipliná-las. Na vontade soberana dos Estados reside a fonte mediata do Direito das Gentes. Esta a conclusão a que se pode chegar adotando-se a “Willenstheorie”, de Windscheid, utilizada por muitos teóricos na procura pelo fundamento do Direito Internacional. Assim é que Jellineck chega à tese da autolimitação das soberanias: a preservação do Estado dependeria de soberanias que fossem exercidas na exata medida em que não colidam com outras soberanias; precisamente este o sentido de Westfalia e dos primórdios do Direito Internacional, preservando, sob a dimensão territorial, as fronteiras do Estado. Tal preservação advém, segundo Carl Heinrich von Triepel, da vontade comum (“Vereinbarung”) dos Estados que, em oposição à vontade isolada de cada um deles, promovem juridicamente a disciplina das relações entre si. Para que esses mecanismos sejam efetivos, é fundamental o respeito ao princípio pacta sunt servanda, conforme posto em relevo por Dionisio Anzilotti.

Muitos dos elementos apresentados podem ainda ser identificados no estágio atual de evolução jurídica internacional. Com efeito, o Estado ainda ocupa posição de destaque entre as pessoas jurídicas de direito internacional público. Só há obrigações, em princípio, se o Estado aceita vincular-se, ainda que a respeito de norma costumeira, ainda que tacitamente (a CPJI/CIJ declarou-o ad nauseam: caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, Caso Fisheries, Caso Lotus). Dois fenômenos contribuem, contudo, para uma relativização do Direito das Gentes como instância meramente assecuratória de fronteiras e soberanias: o advento do ius cogens e o desenvolvimento do direito da integração.

O primeiro é elaboração doutrinária germânica (Verdross e von Heydte) bastante contestada (cf., por todos, Schwarzenberger). Contemplado pela Convenção de Viena sobre direito dos tratados (cf. art. 53), o ius cogens tornaria nulo tratado que o aviltasse, constituindo um núcleo fixo de valores morais inderrogáveis a não ser por outra norma do mesmo tipo. A doutrina, em geral, aponta como conteúdo do ius cogens normas relativas ao direito humanitário, meio ambiente, além do pacta sunt servanda. Admitindo-se a sua existência, a soberania estatal e o caráter convencional do Direito das Gentes é posta em xeque por esta teoria que, calcada em grande medida na idéia jusnaturalista de uma ordem pública internacional, teria impacto sobre o Estado em todas as suas dimensões. Isso porque, como afirma Le Fur, os Estados estariam sujeitos a um modelo objetivo de justiça, baseado em normas aceitas e disseminadas como de fundamental importância, não podendo desrespeitá-las.

Mas é o desenvolvimento do chamado direito da integração que melhor explicita o efeito territorial do contemporâneo Direito das Gentes. Com ele, cria-se maior densidade institucional, pelos mecanismos de supranacionalidade e integração intergovernamental. As declarações de vontade soberanas, nestes casos, vão no sentido de tornar porosas as fronteiras nacionais, estabelecendo-se a livre-circulação de mercadorias (áreas de livre comércio), tarifas externas comuns (uniões aduaneiras), também a livre circulação de pessoas e bens (mercado comum), chegando-se à supranacionalidade plena com uma moeda comum (união monetária). A supranacionalidade define, em grau elevado, a função do direito internacional de “derrubar as fronteiras”. Do ponto de vista jurídico, tal se dá por



mecanismos como a primazia do direito comunitário (União Européia) e da eficácia imediata das decisões comunitárias. Convém, apenas, advertir que as fronteiras são, ainda, relevantes e não desaparecem; o monopólio de coerção legítima permanece válido sobre um território – não se pretende, com a U. E., um Estado federado (até porque não há o princípio de indissolubilidade do vínculo federatício, admitindo-se a secessão). Ademais, esse processo não avança sem recuos (vide a recusa por Holanda e França da Constituição Européia, a demonstrar, em grande medida, serem ciosos de suas fronteiras os Estados Nacionais). De toda sorte, a afirmação é correta ao revelar as novas funções do direito Internacional e os novos sentidos de suas normas.

Questão 3

Considere que o governador de um Estado-membro da Federação assuma compromissos internacionais, envolvendo direitos e obrigações patrimoniais, com certo Estado-membro da República Federativa de Pasárgada. O governador brasileiro é informado de que o acordo somente será válido se aprovado pela assembléia legislativa local, haja vista o princípio da similitude com o processo de incorporação de tratados no âmbito federal. Analise o acerto da informação dada.

Mônica S. F. de Sales Barth Tambelli (20/20)

De acordo com a Constituição Federal vigente, o Brasil é um estado federal composto pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, entes autônomos, mas não soberanos. A Constituição determina, ainda, que cada um dos entes federados possuem personalidade jurídica de direito público interno, mas que apenas a República, entendida como a totalidade do estado federal, dispõe de personalidade jurídica de direito internacional público. Assim, os Estados membros não têm competência para atuarem soberanamente nas relações internacionais. Apenas a República pode ser parte em tratados internacionais.

É da própria natureza do Estado Federal a existência do princípio do primado da Constituição Federal. Segundo esse princípio, a Lei Maior confere os parâmetros e limitações ao exercício da autonomia dos entes federados, além de conferir-lhes competência para elaborar suas próprias constituições estaduais, mas estas devem necessariamente estar de acordo com as normas constitucionais federais.

No caso em tela, o governador de um Estado-membro da Federação celebrou tratado internacional envolvendo direitos e obrigações patrimoniais com um Estado-membro da República Federativa de Passárgada. Pretende-se, agora, internalizar o compromisso ao ordenamento jurídico brasileiro via aprovação da assembléia legislativa local. A questão envolve inúmeros problemas.

Em primeiro lugar, conforme exposto, os entes da federação são autônomos, mas não soberanos e não gozam de personalidade jurídica internacional. Dessarte, são incapazes para celebrar tratados. No Brasil, tratados só podem ser celebrados pelo Presidente da República e nunca por governadores de Estados-membros.

Em segundo lugar, ainda que tivesse sido celebrado de acordo com as regras constitucionais de competência, a incorporação do referido tratado ao direito brasileiro só poderia ser feita via Congresso Nacional e não por aprovação em Assembléia Legislativa local.

Em suma, o tratado assinado pelo governador de um Estado-membro é nulo de pleno direito dada a incapacidade do agente. Por ser nulo, não há que se cogitar sua incorporação



ao ordenamento jurídico pátrio, procedimento que só pode ser efetuado, nos termos da Constituição Federal, no âmbito da competência do Congresso Nacional.

Questão 4

Responda, de modo crítico, à indagação do Professor Thomas Franck: Quem matou o art. 2º - 4 da Carta da Organização das Nações Unidas? (“4. todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas.”). In: *American Journal of International Law* 64 (1970): 809.

Mônica S. F. de Sales Barth Tambelli (20/20)

A indagação do Professor Thomas Franck é extremamente pertinente no estado de desenvolvimento do sistema internacional atual. A ampla participação dos países na Organização das Nações Unidas é indicativa de sua importância na coordenação do relacionamento entre Estados soberanos.

A Carta da ONU foi elaborada em um contexto marcado pelos horrores de duas guerras mundiais e surgiu como compromisso entre os países do mundo para a manutenção da paz e da estabilidade internacionais. Nesse sentido, os países signatários da Carta – hoje quase a totalidade dos Estados existentes no mundo – comprometeram-se a unir esforços e cooperar para garantir a prevalência dos meios políticos e pacíficos para solução de controvérsias internacionais. Vale ressaltar que, entre os dispositivos da Carta, ficou determinada a ilicitude da guerra, a proibição do recurso à força como continuação da política entre os Estados. A Carta assegura, ainda, a integridade territorial dos Estados, sua independência e soberania, impedindo que sejam tomadas medidas que interfiram no âmbito de vigência do direito interno dos países.

Como recursos para solução de conflitos, a Carta das Nações Unidas prevê, antes de tudo, a preferência por iniciativas bilaterais em que os países envolvidos cheguem, eles mesmos, à composição equilibrada de seus interesses. Em sendo infrutífera a tentativa de conciliação, a controvérsia deve ser submetida ao sistema multilateral das Nações Unidas. O esforço multilateral deverá ser capaz de redimir os conflitos por ventura existentes. Em questões de ameaça à paz, deve ser destacada a atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O órgão funciona dentro do sistema multilateral e tem poderes, inclusive coercitivos, podendo impor sanções e tomar medidas cabíveis que visem à manutenção ou restauração da paz internacional. A guerra, no entanto, não é uma alternativa. Não se pode garantir a paz por meio de ataques militares. É um contra-senso. Da mesma forma, a Carta das Nações Unidas não permite, nem mesmo ao Conselho de Segurança, a ingerência no âmbito da competência exclusiva do Estado soberano. O intuito da Carta da ONU é a promoção de relações internacionais pacíficas e harmônicas, possíveis apenas por meio de cooperação.

O cenário internacional atual, marcado pela existência de diversas guerras ao redor do globo, parece atestar a falência do sistema das Nações Unidas. É nesse sentido que o Professor Thomas Franck pergunta quem matou o artigo 2º-4 da Carta da ONU. A indagação dirige-se, ainda mais especificamente, aos recentes casos de invasão ao Afeganistão e ao Iraque. Os dois países ilustram a contradição existente entre os propósitos das Nações Unidas e as ações autorizadas pelo Conselho de Segurança. Como pode um órgão da ONU recorrer à guerra e à interferência em assuntos internos dos países? O ataque ao Iraque causou a guerra. A imposição de substituição de regime político e elaboração de



nova carta constitucional no país é exemplo claro de medidas que interferem no âmbito de competência interna. A atual situação de crescente violência em solo iraquiano decorre diretamente do descumprimento dos preceitos estabelecidos na Carta das Nações Unidas.

O sistema da ONU ainda existe e deveria ser preservado, mas isso só será possível se os próprios países membros do Conselho de Segurança empenharem-se para não usar o instrumental das Nações Unidas em prol de seus objetivos particulares.

Questão 5

Tendo em vista o tratamento dado no ordenamento jurídico brasileiro aos tratados, disserte sobre a eventual importância do § 3º do art. 5º da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional Nº 45, de 2004 (“Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”).

Luciana Serrão Sampaio (20/20)

A Emenda Constitucional nº 45/2004 provocou inúmeras mudanças no ordenamento maior brasileiro. Implementou a reforma do Poder Judiciário e criou o Conselho Nacional de Justiça, por exemplo. Inovação importante foi, também, a alteração do parágrafo 2º e a inclusão de dois outros. O parágrafo 3º, objeto da análise, prevê a possibilidade de conferir-se status constitucional a tratado que verse sobre direitos humanos.

A despeito da controvérsia doutrinária sobre o status que deveria ser conferido a tratados sobre direitos humanos, esses tratados eram submetidos à aprovação do Congresso Nacional e depois enviados ao Poder Executivo para assinatura e publicação. Assim, o trato dispensado às Convenções era de lei ordinária federal. Nessa qualidade, embora representassem compromissos internacionais cujo descumprimento incorreria em ilícito internacional, estavam sujeitos aos princípios que regem a vigência de normas: lei posterior revoga lei anterior e lei especial revoga lei geral.

Com a nova redação, está previsto que os tratados sobre direitos humanos que forem aprovados com quorum e procedimento de Emenda Constitucional – isto é, aprovados em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros em cada casa do Congresso Nacional – serão equivalentes às Emendas Constitucionais. Pode-se fazer algumas inferências sobre o dispositivo: primeiro, não serão todos os tratados sobre direitos humanos, mas apenas os submetidos a esse procedimento; segundo, conquanto não disponha sobre em que capítulo teriam, supostamente, ingressado, a presença do parágrafo no artigo 5º e a pertinência da matéria permitem a ilação de que constitui parte das Garantias Fundamentais e, por isso, cláusula pétrea – não passível de emenda ou revogação.

Por fim, o acréscimo do parágrafo e a nova redação dada sobre o processo de internalização de tratado que versa sobre direitos humanos alargam a possibilidade de promover as garantias individuais no Brasil e são coerentes com o adágio de Constituição Cidadã para a Carta de 1988.

*



NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. Conceitos básicos. 1.1 O objeto da Economia: escassez e usos alternativos; bens econômicos; sistema de preços e alocação de recursos. 1.2 Noções sobre a evolução da análise econômica: pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos. 1.3 Medida da atividade econômica: produto e renda; contas nacionais: os grandes agregados e sua estimação; valores nominais e valores reais; índices de preços. 1.4 Noções de Microeconomia: determinantes da procura e da oferta; elasticidades; o equilíbrio de mercado; concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado. 1.5 Moeda e sistema bancário: oferta e procura de moeda; Banco Central e política monetária; inflação. 1.6 Noções de Economia Internacional: taxas de câmbio e sua determinação; o balanço de pagamentos; a noção de vantagens comparativas e vantagens competitivas. Movimentos internacionais de capitais. Taxa de juros interna e externa. Integração econômica, comércio mundial e acordos regionais.

2. Formação da Economia Brasileira. 2.1 A economia brasileira no período colonial: a economia açucareira do Nordeste; auge e declínio da mineração. 2.2 A economia brasileira no século XIX: expansão da lavoura cafeeira; transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial. 2.3 A economia brasileira na primeira metade do século XX: as duas guerras mundiais; a depressão dos anos trinta e seus reflexos; o processo de industrialização: fases, características. 2.4 A economia brasileira na segunda metade do século XX: desenvolvimentismo e planejamento econômico; endividamento público e processo inflacionário; choques externos e planos de estabilização; opções de política econômica; mercado de trabalho; ciência, tecnologia e inovação; comércio exterior e integração econômica.

Bibliografia sugerida:

ABREU, M. P. **A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2003.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia: princípios de micro e macro economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.



- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SAMUELSON. P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economia** 16. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1999.
- TAVARES, Maria da Conceição. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil” in: **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. **Manual do candidato: noções de economia**. Brasília: FUNAG, 1996.

Prova de 2005

Questão 1

Explique por que a hipótese de flexibilidade – tanto de preços como de salários – desempenha um papel crucial na controvérsia entre os economistas clássicos e keynesianos.

Ana de Fátima Ribeiro Bezerra (20/20)

Segundo os economistas clássicos, os preços em uma economia se ajustam às forças da demanda e da oferta de forma a se estabelecer no nível de renda do pleno emprego dos fatores de produção. Quando o preço de um produto está abaixo do preço em que a quantidade demandada é igual à quantidade oferecida do produto, a escassez de oferta frente a demanda elevaria o preço até o equilíbrio. Quando o preço do produto estivesse acima do preço de equilíbrio, o excesso de oferta reduziria o preço até o equilíbrio. A oferta e a demanda agiriam de forma análoga sobre os salários, que representam o preço do fator de produção trabalho. Em uma situação de recessão, esses preços se ajustariam a uma nova renda de equilíbrio inferior à renda de equilíbrio anterior.

Os keynesianos argumentavam que na realidade os preços não são tão flexíveis como na teoria. Segundo eles, em uma situação de recessão na qual a redução da renda força os preços de equilíbrio para baixo os preços não se ajustam automaticamente a essa redução. Isso ocorre porque os produtores são reticentes em reduzir sua margem de lucro por produto vendido e porque trabalhadores e sindicatos impedem uma redução nos salários. O hiato entre os preços praticados e o preço de equilíbrio determina maior redução da produção para se ajustar ao baixo consumo e no não aproveitamento pleno dos fatores de produção disponíveis, aumentando inclusive a taxa de desemprego. Para evitar que a recessão se agrave, os keynesianos defendem uma intervenção direta do governo. O aumento dos gastos governamentais por meio de obras públicas, por exemplo, sustentaria a demanda agregada e evitaria o aprofundamento da recessão.

Dessa forma, a maneira como os clássicos e keynesianos encaram a flexibilidade dos preços determina suas recomendações sobre a melhor atitude frente a uma recessão.

Questão 2

Se, em decorrência da queda da confiança na evolução futura da economia, os consumidores expandirem seus níveis de poupança para enfrentar períodos de incerteza, esse comportamento pode contribuir para exacerbar a tendência recessiva da economia. Avalie.



Ricardo Bahia de Gaudie Ley Fleury (20/20)

A situação de aumento dos níveis de poupança por parte dos consumidores em decorrência da queda da confiança na evolução futura da economia, com conseqüências recessivas, foi denominada por keynes de armadilha da liquidez.

O modelo econômico clássico estabeleceu a igualdade entre poupança e investimento: $S=I$. Assim, o investimento agregado seria igual à soma das poupanças privada, governamental e externa. Keynes, porém, observou que, em muitas circunstâncias, a decisão das pessoas e das empresas em investir suas poupanças estava associada às expectativas futuras em relação à evolução da economia. Assim, em períodos de incerteza, poderia existir a poupança sem o investimento. Sabe-se que a demanda agregada é igual à soma de consumo mais investimento mais gastos governamentais mais as exportações menos as importações $DA=C+I+G+(X-M)$. Logo, se há redução do investimento, haverá diminuição da demanda, do produto e da renda agregada ($DA=PA=RA$) com conseqüente recessão.

Por outra análise, pode-se decompor a renda agregada de acordo com sua destinação: parte para o consumo, parte para poupança, parte para pagar tributos e parte renda líquida enviada ao exterior $RA=C+S+T+RLEE$. Logo, tem-se que $C=RA-S-T-RLEE$. Assim, quanto maior a parcela da renda destinada à poupança, menor será o gasto em consumo, o que agrava a recessão por contração da demanda.

A queda da confiança na evolução da economia, que leva os consumidores a expandir sua poupança, termina por afetar o consumo e o investimento, diminuindo a demanda e exacerbando a recessão. Assim, há um círculo vicioso em que a queda de confiança leva ao aumento da poupança e queda da demanda, com recessão. Essa leva a nova crise de confiança que gera nova contração da demanda e assim sucessivamente. Daí o engenhoso nome criado por Keynes para designar a situação: armadilha da liquidez.

Para romper a armadilha e reverter o queda do consumo e dos investimentos, keynes defendia o aumento dos gastos públicos. De fato, o aumento dos gastos públicos leva ao aumento da demanda agregada ($DA=C+I+G+(X-M)$) com reversão do quadro recessivo pelo efeito multiplicador da renda gerada pelos gastos públicos. O início da reversão estimula a confiança dos consumidores, que passarão a destinar parte maior de sua renda não mais para a poupança, mas sim para o consumo.

Questão 3

“Trabalhadores de indústrias protegidas por altas tarifas argumentam, freqüentemente, que o livre comércio reduz tanto o emprego como a renda do trabalho.” Avalie.

Nássara Azeredo Souza Thomé (20/20)

Segundo o modelo clássico, defensor do livre comércio, os trabalhadores das indústrias protegidas, ainda que corretos sob o ponto de vista da economia autárquica ou protegida, não estão observando o aumento do nível de bem estar da economia como um todo.

Para os economistas clássicos, o livre comércio absoluto (com total isenção de tarifas alfandegárias) seria a melhor forma de comércio internacional, porque seria a expressão completa do modelo das vantagens comparativas.

Dessa maneira, um país que, possuindo empresas relativamente mais ineficientes que suas correspondentes no restante do mundo, em uma economia autárquica praticaria preços



que garantiriam a produtividade (quantidade ofertada) em equilíbrio com a quantidade demandada a um determinado nível de preços. Para uma economia com tarifas protecionistas, ainda que o restante do mundo possa oferecer os mesmos produtos (ou substitutos) a preços mais baixos, as tarifas alfandegárias elevam os preços dos referidos produtos importados no mercado interno, garantindo a proteção às empresas nacionais (cujos produtos permanecem competitivos e não sofrem concorrência real).

No entanto, no livre comércio, os produtos importados adentram o país livres de tarifas. Como as empresas nacionais, em nossa hipótese, são mais ineficientes, os preços que praticam são mais altos, o que torna os importados (a preço mais baixo porque mais eficientemente produzidos) mais competitivos. Isso força os produtores nacionais a reduzirem seus preços, o que por conseguinte reduz sua margem de lucros e sua capacidade produtiva.

Os produtores perdem, portanto, duas vezes: são forçados a produzir menos e o que efetivamente ainda conseguem produzir custa menos do que antes. Isso resulta na redução do emprego (devido a demissões oriundas da contração da produção) e na redução da renda do trabalho (com cortes salariais devido à queda nos rendimentos das vendas).

Por outro lado, os consumidores ganham duplamente com a abertura econômica. A competitividade leva a queda nos preços, o que permite ao consumidor comprar a mesma quantidade de antes a preços mais baixos. Além disso, ele agora também pode consumir mais do que antes, já que os baixos preços estimulam o consumo.

Assim, o aumento do bem-estar do consumidor (segundo o modelo clássico) supera, em muito, a queda no bem-estar dos produtores e resulta em efetivo ganho de bem-estar para a economia como um todo.

O modelo de Viner-Meade-Johnson, desenvolvido na segunda metade do século XX, buscou explicar que nem sempre a integração econômica aumenta o bem-estar da economia do país, criando o conceito e cálculo do desvio de comércio. Tal modelo aplica-se, contudo, à união aduaneira, estágio intermediário entre o mercado protecionista e o livre comércio.

Há que se ressaltar, contudo, que o modelo clássico estabelece um nível tal de integração que não existe no mundo real, por descon siderar fatores como a existência de países economicamente desiguais, economias de escala, barreiras alfandegárias persistentes e outras formas de protecionismo, bens heterogêneos, concorrência monopolística etc.

Questão 4

Por muito tempo setores da economia caracterizados por monopólios eram controlados pelo Estado. Isso deixou de ser verdade após as privatizações. Como forma de controlar os monopólios privados, países do mundo inteiro passaram a criar agências reguladoras. Explique como as agências reguladoras podem contribuir para o bem-estar dos consumidores.

Luciana Serrão Sampaio (20/20)

Durante a década de 90 do século XX, foi marcante o processo de privatização de monopólios de Estado. No novo contexto, de monopólios privados, surgem, também, as agências reguladoras cujo papel é disciplinar a atuação dos agentes econômicos de forma a garantir o bem-estar dos consumidores.

O monopólio é uma situação de falha de mercado. Ele ocorre seja em função do volume do investimento inicial necessário ao início da produção do bem ou oferta de serviço que limita o ingresso de outros concorrentes, seja em função da natureza do bem produzido ou oferecido (o monopólio natural) que não admite mais de um produtor ou prestador de serviço. Assim, no monopólio, há um agente econômico que atua com poder de mercado.



Devido ao fato de haver um agente econômico com controle sobre o mercado, a lógica de que o preço do bem ou serviço é dado pelo equilíbrio entre oferta e demanda é subvertida. Quando há uma situação de monopólio, o agente monopolista deixa de ser um tomador de preços (price taker) e passa a impor preços ao mercado (price maker). Enquanto sob o controle do Estado, a atividade visava, principalmente, produzir o bem-estar social. Já, sob o controle da empresa privada – como agente econômico racional -, o objetivo precípua é a maximização dos lucros. Logo, no contexto de monopólio privado, a possibilidade de abuso aumenta.

Nessa situação, o papel da agência reguladora ao proteger o bem-estar coletivo assume fundamental importância. Primeiro, ao produzir marco regulatório em que disciplina a natureza e a qualidade do serviço, garante o abastecimento do bem, estabelece as regras de preços e reajustes e de assistência ao usuário. Segundo, ao efetivamente supervisionar e controlar a atividade da empresa e a sua atuação no mercado. Por fim, ao impor política de preços máximos de forma, por um lado, a impedir o abuso no aumento de preços (e permitir o acesso de todos) e, por outro, ao evitar o risco de desabastecimento ou de suspensão do provimento de serviços.

Por fim, a situação de monopólio por garantir poder sobre o mercado inspira cuidados. Em situação de monopólio privado sobre os serviços antes oferecidos pelo Estado, pela própria lógica do agente econômico em questão, demanda supervisão e controle sobre a atuação desse no mercado. Esse é o papel da agência reguladora, isto é, impedir o abuso do provedor que dispõe de poder de mercado e garantir o bem-estar da coletividade.

Questão 5

Explique como a política cambial foi utilizada para proteger a renda dos cafeicultores na passagem do século XIX para o século XX. Que tipo de problema impediu o uso continuado dessa política?

Luciana Serrão Sampaio (20/20)

Na passagem do século XIX para o século XX, manteve-se política cambial para proteger a renda dos cafeicultores. Segundo Celso Furtado, a importância dessa política não se restringe ao benefício de um setor empresarial, pois garantiu o desenvolvimento e expansão da economia monetária.

Na virada do século, o mercado internacional de café tinha elevada oferta do produto (e, em constante expansão) e passava a haver queda do preço do produto. Ademais, por ser um produto com baixa elasticidade preço de demanda – isto é, a queda no preço provocava um aumento menos que proporcional da quantidade demandada -, havia uma queda da receita percebida em moeda internacional.

Nessas circunstâncias, buscou-se na política de desvalorização cambial reduzir os prejuízos sofridos pelo setor cafeeiro. A desvalorização cambial implica que cada unidade de moeda estrangeira corresponde a número maior de moeda nacional. Assim, o exportador de café, embora sofresse algum prejuízo com a queda do preço internacional (Furtado escreve que perda seria de 40%, mas, com a intervenção, passa a ser de 10%), mantinha o poder de consumo interno e, mais importante, mantinha o nível de emprego doméstico e o consumo.

Essa política de desvalorização cambial, conquanto tenha sido benéfica ao setor de exportação, foi prejudicial para as camadas médias urbanas. Por um lado, muito dependentes de bens importados, sofreram perda real do poder de consumo. Por outro, o



excesso de oferta de moeda provocou a inflação dos preços domésticos. Esses setores sofreram perda real de renda.

Deve-se ressaltar, também, que essa política foi mantida mediante seguidos pedidos de empréstimos internacionais. Em 1906, com a Convenção de Taubaté, assumia-se a política de valorização de café mediante a qual o Estado compraria o excedente e, no momento de crise de produção, este seria vendido. Embora previsto o controle sobre a produção, este nunca foi implementado e os momentos de super-produção eram mais freqüentes do que os de quebra de safra. A política de desvalorização cambial aliada aos seguidos empréstimos provocava a impossibilidade de pagamento da dívida, assumia-se, então, novo empréstimo, este, agora, de consolidação da dívida e a juros mais altos.

Esse sistema funcionou enquanto existia liquidez internacional. A crise de 1929 reduziu abruptamente a oferta de créditos internacionais e implicou, no Brasil, a fuga de capitais. O fim da liquidez impôs ao Brasil o fim da política de valorização do café. Já, no governo Vargas, adota-se política anti-cíclica mediante política de preços mínimos para o café.

Assim, a política de desvalorização cambial, embora voltada para atender um grupo econômico, garantiu a expansão da economia monetária e menor expressão da economia de subsistência. Essa política insustentável no longo prazo ao promover crescente endividamento sofreu duro golpe com o fim da liquidez internacional. A crise de 1929 impõe o seu abandono.

*



HISTÓRIA MUNDIAL (TPS)

Conforme esclarecido na apresentação do Teste de Pré-Seleção (pág. 17), reproduz-se, a seguir, o programa e a bibliografia do Guia de Estudos de 2004 para a prova de História Mundial Contemporânea.

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o “New Deal”. A prosperidade no segundo pós-guerra. O “Welfare State” e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e “Trade Unions”. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações Internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A “teoria dos dois campos” e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A “détente”. A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A



construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia:

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 2003.

BARRACLOUGH, G. **Introdução à História Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTAÑEDA, Jorge C. **A Utopia Desarmada**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.

_____. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JOUVENEL, Bertrand de. **As Origens do Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

O’GORMAN, Edmundo. **A Invenção da América**. São Paulo: UNESP, 1992.

OLIVER, Roland. **A Experiência Africana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SARAIVA, José Flávio S. **Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

_____. **Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

VAISSE, Maurice, **Les Relations Internationales Depuis 1945**. 9. ed. Paris: Armand Collin, 2004.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:



- BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 a nossos dias**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BELY, Lucien. **L'invention de la Diplomatie**. Paris: PUF, 1998.
- BERG, Eugène. **La Politique Internationale Depuis 1955**. Paris: Economica, 1989.
- FERRO, Marc. **História das Civilizações: das conquistas às independências, séc. XVII ao XX**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- JOLL, James. **Europe Since 1870**. London: Penguin Books, 1990.
- KAGARLITSKY, Boris. **A Desintegração do Monolito**. São Paulo: UNESP, 1999.
- MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero**. 5. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- ROBERTS, J. M. **History of the World**. New edition. London: Penguin, 1990.
- PANIKKAR, K.M. **A Dominação Ocidental na Ásia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12). Cambridge: Cambridge University Press.
- THOMSON, D. **Pequena História do Mundo Contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- VIZENTINI, Paulo. **Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.
- . **A Grande Crise**. Petrópolis: Vozes, 1992.

*